

EDIÇÃO 2014

Revista **ADJORI/SC**

Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina

TEMA DO ANO

Pacto Federativo

RETROSPECTIVA 2013

**Muitas realizações,
grandes conquistas**



SEM ORIENTAÇÃO, TODO MUNDO FICA PERDIDO.



FECOMÉRCIO, HÁ 65 ANOS, O GUIA SEGURO DO COMÉRCIO CATARINENSE.

A Fecomércio Santa Catarina está sempre ao seu lado. Da orientação, através de pesquisas e câmaras setoriais, até a representação política e a defesa dos interesses do setor, a Fecomércio se faz presente de forma atuante. Um trabalho que fortalece não só o comércio de bens, serviços e turismo, como o desenvolvimento do estado. É por isso que, ao longo dos últimos 65 anos, nós conquistamos a confiança do comércio catarinense. E vamos continuar juntos, por um comércio cada vez mais qualificado.

 **Fecomércio SC**

 **65 anos**

A inquietação que nos move



A Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina sempre se pautou pela clara definição de seus objetivos, nunca se distanciando de sua principal missão: unir, organizar e fortalecer os empreendimentos jornalísticos de pequeno porte editados no Estado.

Ao lado dessa meta primordial, que jamais se finda, a Adjori/SC desencadeou inúmeras iniciativas para conquistar o respeito e a admiração que a imprensa local catarinense merece.

Além de numerosa gama de projetos de capacitação e aprimoramento das publicações associadas, implantamos, em 2002, o Cadastro Catarinense de Jornais – CCJ, que atesta a regularidade de circulação dos periódicos editados no Estado – e não apenas de nossos associados – sendo uma referência para outras Adjoris estaduais e ponto de partida para o Cadastro Brasileiro de Jornais (CBJ) em construção pela Adjori Brasil.

Num passo mais audacioso, estamos filiando ao Instituto Verificador de Circulação (IVC) grande número de jornais associados, um feito inédito em termos nacionais. Fomos pioneiros, também, ao lançar, em 2003, o Portal de Notícias da Adjori/SC, alimentado por dezenas de sites de jornais associados, que formam um admirável banco de dados sobre fatos políticos, econômicos e sociais gerados nas comunidades catarinenses.

É igualmente da lavra da Adjori/SC a edição do livro “Origens da Imprensa em Municípios Catarinenses”, até hoje uma obra pioneira, sem similar no país, e fonte inestimável de pesquisa.

Criamos, em janeiro de 2013, a Agência Adjori de Jorna-

lismo, que propaga ao seu universo de associados material noticioso relevante, e que recebe dos jornais filiados valiosas informações sobre o que acontece no interior de Santa Catarina. Com esse espírito, ampliamos a Rede Catarinense de Notícias, replicando em todos os quadrantes do Estado a página produzida pela nossa equipe de Redação e que chega a mais de 800 mil leitores.

Conquistamos, em novembro de 2013, o título de Entidade de Utilidade Pública Estadual e entramos em 2014 dispostos a levar às comunidades interioranas o debate sobre o Pacto Federativo

Por essas e outras tantas realizações, a Adjori/SC amparou, ao longo de 33 anos de atuação, inúmeras honrarias, dentre as quais a Medalha de Mérito Legislativo – uma das mais importantes distinções conferidas pelo Parlamento Catarinense a entidades que alcançam notoriedade em suas respectivas áreas de atuação. Coroando esse trabalho de mais de três décadas, conqui-

tamos, em novembro de 2013, o título de Entidade de Utilidade Pública Estadual, mérito que compartilhamos com nossa equipe, nossos associados e nossos parceiros.

Movidos por essa salutar inquietação, entramos em 2014 dispostos a levar às comunidades interioranas o debate sobre o Pacto Federativo. A cobertura jornalística do Seminário Nacional “O Pacto Federativo em Debate”, por nossa ampla rede de profissionais de imprensa, vai democratizar essa tão palpitante discussão. Por sua relevância e decisivo impacto para os municípios brasileiros, o tema precisa sair das quatro paredes e chegar às ruas. É a nossa contribuição para a construção de uma sociedade que se deseja mais justa e igualitária.

Miguel Ângelo Gobbi
Presidente da Adjori/SC

Edição 2014 - Abril/2014

Edição

Rita Lombardi – jornalismo@adjorisc.com.br

Redação

Gabriela Bez – imprensa@adjorisc.com.br
Douglas Rossi – jornalismo@adjorisc.com.br
Rita Lombardi – institucional@adjorisc.com.br
Bianca Backes – jornalismo@adjorisc.com.br

Revisão

Mário Roberto Penna – penna@adjorisc.com.br

Projeto Gráfico e Diagramação

Allan Salvati – webmaster@adjorisc.com.br

Administração

Jeferson De Rocco – adm@adjorisc.com.br
Márcio da Silva – adm@adjorisc.com.br

Circulação

Bárbara Andrade – midia@adjorisc.com.br
Thais Dalló – ccj@adjorisc.com.br

Núcleo de Negócios

Vitor Hugo – comercial@adjorisc.com.br

Diretor Responsável

Miguel Gobbi – presidencia@adjorisc.com.br

Impressão

Gráfica Coan

Tiragem

5 mil exemplares

Diretoria Executiva

Presidente: Miguel Ângelo Gobbi; **Vice-presidente:** Manfredo Goede; **1º secretário:** Áurio Gislon; **2º secretário:** Fabiano Luiz Bordignon; **1º tesoureiro:** José Roberto Deschamps; **2º tesoureiro:** Moacir D'agostini.

Vice-Presidências Regionais

Extremo-Oeste: Jairo Miguel; **Oeste:** Décio Carlos Pandolfi; **Meio-Oeste:** Ademir Pedro Belotto; **Vale do Itajaí:** João Paulo Ferreira; **Alto Vale do Itajaí:** João Carlos Dias; **Norte:** Elisângela Schulka; **Litoral Norte:** Ralf Biegging; **Grande Florianópolis:** Alexandre João da Silva; **Extremo-Sul:** Valmoci Jesus de Souza; **Sul:** Fernando de Freitas; **Planalto Serrano:** Sergio Pinheiro.

Conselho de Ética

Efetivos: Hélio Westphal, João Paulo Ferreira, Ângelo Marcelo Schulka, Geraldino José Ochner e Valmoci Jesus de Souza. **Suplentes:** Clemir Schmidt, João Carlos Dias e Karol Pinto.

Conselho Fiscal

Efetivos: Elisângela Schulka, Jairo Miguel e Décio Carlos Pandolfi. **Suplentes:** Leopoldo Barentin, José Carlos Wollman e Sérgio Antonio Elias.



Adjori/SC - www.adjorisc.com.br

Rua Adolfo Melo, 38 - Sala 901 - Florianópolis/SC
CEP: 88015-090 - Fone: 48 3298-7979



06

PACTO FEDERATIVO

Mais projeção ao debate



36

ENCONTROS REGIONAIS

O clamor da sociedade



58

COLEGIADO

Reunião de diretores e vice-presidentes



62

41º CONGRESSO
Fonte de conhecimento



Nosso Meio

82 **Concursos**
jornalísticos

88 **Eventos**



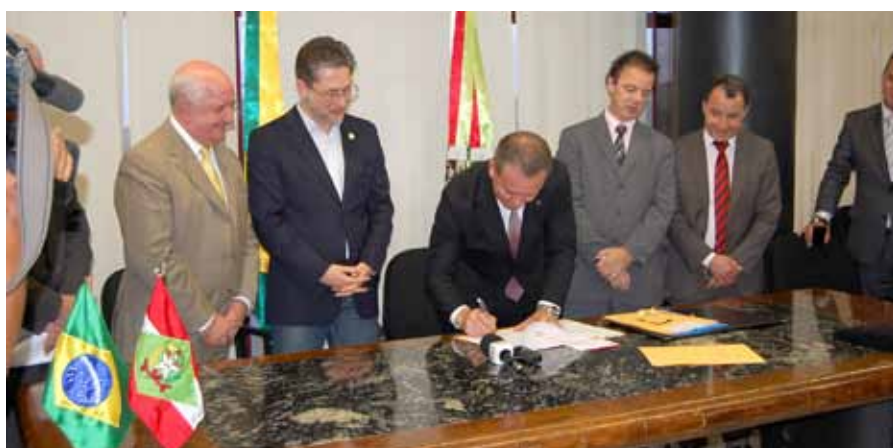
74

PRÊMIO ADJORI/SC
Palco
Illuminado



100

ADJORI BRASIL
Ação das Adjoris
estaduais



94

UTILIDADE PÚBLICA
Um divisor de águas

Mais projeção ao debate

Tema de grande relevância, o Pacto Federativo vem sendo motivo de debate em todo o país nas várias instâncias do Executivo e do Legislativo Municipal, Estadual e Federal. Para dar ainda mais projeção a um assunto que tem, indiscutivelmente, reflexo no cotidiano das comunidades brasileiras, a Revista da Adjori traz artigos exclusivos, assinados pelas mais destacadas lideranças dos meios político e econômico nacional, que mostram a atual relação entre os entes federados e a necessidade premente de mudanças.





Por um Pacto Federativo mais justo e igualitário



EDUARDO TADEU PEREIRA

Mestre e doutor em Educação, ex-prefeito de Várzea Paulista/SP e presidente da Associação Brasileira de Municípios

A limitação orçamentária é um desafio, mas não é o centro do aprimoramento do Pacto Federativo

A gestão dos municípios tem se tornado uma tarefa cada vez mais desafiadora. As prefeituras comparam um cenário de escassez de recursos, falta de mão de obra qualificada para elaboração de projetos e uma demanda crescente pela ampliação dos serviços e pela oferta de novos.

A situação das cidades é reflexo da Constituição de 1988, quando foram reconhecidas como entes federativos. Ao mesmo tempo em que essa mudança foi benéfica, por garantir autonomia, trouxe grandes responsabilidades. Desde então, as prefeituras estão assumindo novos serviços - muitos de competência de outros entes federativos - sem o devido ressarcimento. Enquanto isso, a divisão do bolo tributário mantém-se desproporcional: a União concentra mais de 60%; os estados 22%; e os municípios apenas 18%.

A limitação orçamentária é um desafio, mas não é o centro do aprimoramento do Pacto Federativo. Os municípios enfrentam também dificuldades em relação às condições

e à capacidade de gestão, o que têm motivado a ABM a buscar avanços nesse contexto. Inclusive, a entidade firmou um convênio com o SEBRAE para implantação de um sistema nacional de assistência técnica aos municípios na elaboração de projetos e definição de políticas públicas, que será desenvolvido em parceria com as entidades municipalistas.

A revisão de algumas leis que interferem diretamente no cotidiano das prefeituras está entre nossas reivindicações. A Lei de Licitações, por exemplo, está defasada, e, ao mesmo tempo em que impõe entraves para a contratação de obras e serviços fundamentais para a qualidade de vida da população, não impede a corrupção.

A Lei de Responsabilidade Fiscal também deve ser revista. À medida que novas obrigações são impostas aos municípios, os prefeitos se veem obrigados a ampliar o quadro de servidores, investir na construção de novos prédios, entre outras realizações, o que gera impacto na folha de pagamento e aumento do custeio em diversas áreas, acarretando o descumprimento da legislação.

A judicialização da gestão também é um agravante, pois o Ministério Público e a Justiça definem se a prefeitura deve comprar remédios



Os prefeitos devem ser consultados através das entidades de representação e é fundamental que eles tenham espaço para expor se essas mudanças são viáveis ou não e como executá-las”

de alto custo, ou oferecer um número maior de vagas em creches, sem avaliar o quadro financeiro da administração e os limites da LRF.

As votações do Congresso em relação a temas de governabilidade dos municípios, como a definição dos pisos salariais, têm interferido negativamente na gestão. Os prefeitos devem ser consultados através das entidades de representação e é fundamental que eles tenham espaço para expor se essas mudanças são viáveis ou não e como executá-las.

Também queremos ter voz ativa na definição dos prazos estabelecidos para os programas do Governo Federal. Recentemente, a ABM conquistou a extensão do prazo para entrega dos Planos Municipais de

Saneamento (de agosto de 2013 para dezembro 2015), mas a obrigação para o encerramento dos lixões continua prevista para agosto de 2014, o que é inviável para a maioria das prefeituras, que não têm capacidade técnica e financeira para cumpri-los.

O aprimoramento do Pacto Federativo será alcançado através de um conjunto de fatores que abrangem uma divisão mais justa do bolo tributário e melhores condições e capacidade de gestão. O avanço na discussão dessa pauta é fundamental para o progresso do municipalismo brasileiro, refletindo diretamente na qualidade de vida dos brasileiros. É com municípios fortes que construiremos um Brasil cada vez mais desenvolvido.

O Federalismo Fiscal

O Pacto Federativo, ou, como chamado atualmente, o Federalismo Fiscal, está definido na Constituição da República Federativa do Brasil (artigos 145 a 162), nos quais, entre outros temas, são definidas as competências tributárias dos entes da Federação, e os encargos ou serviços públicos pelos quais são responsáveis estão definidos entre os artigos 21 a 32.

Além disso, o Pacto Federativo tem relação com os mecanismos de partilha da receita dos tributos arrecadados entre os entes da Federação, sendo exemplos desses mecanismos os Fundos de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios e os Fundos Constitucionais de incentivo ao desenvolvimento regional (Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste).

Da arrecadação da União relativa ao Imposto de Renda e ao Imposto sobre Produtos Industrializados, 48% são repassados aos referidos Fundos, e esses impostos são alguns dos que apresentam maior arrecadação no âmbito da União. Logo, a Constituição estabeleceu uma descentralização da receita tributária, fortalecendo os entes subnacionais e enfraquecendo a União. Porém, a União tem aumentando ou criado tributos cuja arrecadação não é obrigada a dividir com os entes subnacionais, como é o caso das contribuições sociais.

Fonte: Sindifisco Nacional

Modelo federativo faliu, afundou



JOARES PONTICELLI
Deputado estadual (PP/SC)

O Governo Federal anuncia desonerações fiscais com festa, mas quem paga a conta são os municípios

O debate eleitoral deste ano trará à tona, certamente, um tema que muito diz respeito ao cidadão brasileiro. Precisamos discutir com profundidade a forma como são distribuídos os recursos arrecadados no país. Por que falta dinheiro para a Educação, para a Saúde e para outras áreas fundamentais que geram o bem-estar social?

O modelo federativo atual faliu, afundou. Centralizou todos os recursos no Governo Federal. Urge a reconstrução do Pacto Federativo, pois da forma que o Brasil caminha, com a concentração dos recursos nas mãos da União, vamos ter um cenário muito difícil no futuro para motivar candidaturas ao Executivo.

Defendemos um novo Pacto Federativo, para que estados e municípios possam investir mais recursos em Saúde, Educação, Infraestrutura e Segurança.

O Pacto Federativo consiste na redistribuição da receita dos impostos entre estados, municípios e União. Entre outras propostas que estão sendo defendidas, estão a unificação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a renegociação da dívida dos estados e a ampliação dos

Fundos de Participação dos Estados (FPE) e Municípios (FPM).

O Governo Federal anuncia desonerações fiscais com festa, mas quem paga a conta são os municípios. Nos programas compartilhados, a União fica com as glórias, enquanto as cidades ficam com os fardos. Se uma creche é construída pelo Governo Federal, quem arca com as despesas futuras é o município,

lembra Valdir Andres, prefeito de Santo Ângelo (RS).

Espero que o debate de 2014 contemple propostas concretas de mudanças, de modo que o futuro Congresso Nacional possa efetivamente reconstruir um novo modelo federativo, mais justo e municipalista. Este foi o grande recado que as ruas nos deram.



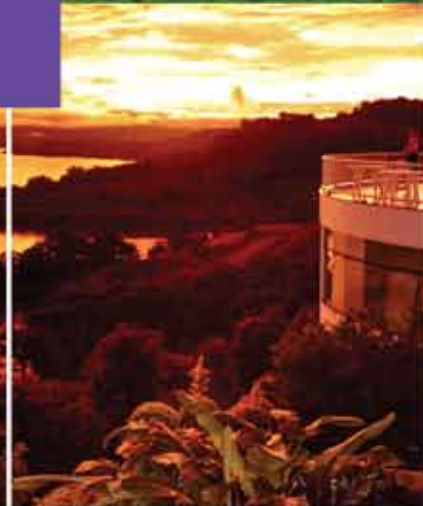
**Defendemos
um novo Pacto
Federativo para que
estados e
municípios possam
investir mais"**



DIVERSÃO O ANO TODO



VENHA PARA ITÁ E APROVEITE
O QUE O VERÃO E O INVERNO
TEM DE MELHOR: PISCINAS,
FESTIVAIS, SHOWS, BELEZAS
NATURAIS, GASTRONOMIA,
CULTURA E HISTÓRIA.
ITÁ, MUITO MAIS DO QUE
VOCÊ IMAGINA.



Distribuição desigual



ROQUE PELLIZZARO JUNIOR

Advogado, economista e presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL)

Aproximadamente 3,5 mil municípios brasileiros dependem exclusivamente dos repasses financeiros da União

O Pacto Federativo, há muito tempo discutido e que estará em pauta no Congresso Federal neste ano, vem para reduzir um ambiente de insegurança que atualmente vivemos no Brasil. Antes de inadmissível, é insustentável manter um modelo de repasse em que os recursos da arrecadação tributária sejam distribuídos de forma tão desigual entre a União e os entes federativos.

A Constituição cumpriu seu papel de assegurar e ampliar as garantias e os direitos fundamentais. No entanto, as autoridades não discutiram um modelo que pudesse gerar e distribuir bem essa receita, levando em consideração a abrangência e as especificidades do nosso Brasil.

Atualmente, aproximadamente 3,5 mil municípios brasileiros dependem exclusivamente dos repasses financeiros da União e, segundo essas mesmos municípios, estão beirando a falência, de maneira que às vezes não conseguem nem estar em dia com a folha de pagamento de pessoal.

Este ano, o Congresso Nacional deve discutir essa triste realidade que assola as prefeituras brasileiras. Nosso desafio será propor uma maior independência financeira dos municípios, que é justamente o ente que tem o contato mais próximo com a realidade da população brasileira.



Nosso desafio será propor uma maior independência financeira dos municípios, que é justamente o ente que tem o contato mais próximo com a realidade da população brasileira"



Através do Sistema FECOERUSC, representando suas 22 cooperativas filiadas, cerca de 800 mil pessoas tem acesso à energia elétrica em Santa Catarina. Este é o resultado de um trabalho que valoriza a responsabilidade social e que leva a energia do cooperativismo por todo o estado.



Cooperativas filiadas ao Sistema FECOERUSC

CERGA - Coop. Eletric. Rural Anita Garibaldi
cergal@cergal.com.br

CERAL - Coop. Eletric. Rural de Anitápolis
coopceral@yahoo.com.br

COOPERZEM - Coop. Eletric. Rural de Armazém
coopzem@coopzem.com.br

CERBRANORTE - Coop. Eletric. Rural Braço do Norte
cerbranorte@cerbranorte.com.br

CERGAPA - Coop. Eletric. Grão Pará
cooperativagp@brturbo.com.br

CERGRAL - Coop. Eletric. de Gravatal
cergral@cergral.com.br

CEJAMA - Coop. de Eletric. Jacinto Machado
cejama@brturbo.com.br

CERMOFUL - Coop. Fumacence de Eletricidade
cermoful@cermoful.coop.br

CEREJ - Coop. Eletric. do Núc. Col. Sen. Est. Jr.
cerej@cerej.com.br

CERPALO - Coop. Eletric. Rural de Paulo Lopes
atendimento@cerpalo.com.br

CEPRAG - Coop. Eletricidade Praia Grande
ceprag@ceprag.com.br

COORSEL - Coop. Regional Sul de Eletric. Rural
coorsel@coorsel.com.br

CERSAD - Coop. Eletric. Rural Salto Donner
cersad@terra.com.br

CEESAM - Coop. Energia Elétrica Santa Maria
ceesam@terra.com.br

CEGERO - Coop. de Eletricidade São Ludgero
cegero@cegero.coop.br

CERSUL - Coop. de Eletric. Sul Catarinense
cersul@cersul.com.br

CERTREL - Coop. de Energia Treviso
certrel@brturbo.com.br

CERACÁ - Coop. Eletric. Rural Vale do Araçá
ceraca@ceraca.com.br

COOPERALIANÇA - Cooperativa Aliança
cooperalianca@cooperalianca.com.br

COOPERCOCAL - Cooperativa Energética Cocal
coopercocal@coopercocal.com.br

COOPERMILA - Coop. de Eletric. Lauro Müller
coopermila@coopermila.com.br

COOPERA - Cooperativa Pioneira de Eletrificação
coopera@coopera.com.br

Sede FECOERUSC

Conselheiro Mafra, 220 - Centro - Florianópolis/SC
(48) 3224-4144 | www.fecoerusc.org.br

O gesso do desenvolvimento econômico



ANDRÉ GAIDZINSKI

Vice-presidente da Facisc – Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina

Não há equivalência econômico-financeira da arrecadação tributária do país, o que tira a autonomia dos estados, não distribuindo os recursos e dificultando o crescimento, sem contar a “ineptocracia”

Desde o final do século XIX, o Brasil deu um grande passo para o início da consolidação do Estado Democrático de Direito, constituído pela união indissolúvel dos estados, municípios e do Distrito Federal, sendo todos eles autônomos. Com a Constituição de 1891, descentralizou o Estado brasileiro unitário, promovendo uma repartição de competências entre as entidades autônomas dos Três Poderes da República, o chamado Pacto Federativo.

Porém, este modelo que funciona muito bem em nações já desenvolvidas, no Brasil enfrenta barreiras por estar concentrado nas mãos de um único poder. Desta forma, não há equivalência econômico-financeira da arrecadação tributária do país, o que tira a autonomia dos estados,

não distribuindo os recursos e dificultando o crescimento, sem contar a “ineptocracia”. Esta distribuição desigual gera um desenvolvimento sem sustentabilidade, injusto e desequilibrado de acordo com as necessidades de cada um dos estados, que possuem suas particularidades.

Como uma das bandeiras da FACISC, sempre defendemos a redução da carga tributária e o retorno de impostos, taxas e contribuições pagos pelos contribuintes para os serviços básicos, como por exemplo Educação, Saúde e Segurança.

Por outro lado, para a classe empresarial, esta forma de distribuição desigual reduz a capacidade competitiva, principalmente para a exportação, o que dificulta investimentos para expansão e inibe o empreendedorismo, fazendo com que engesse o desenvolvimento econômico em geral.

Por isso, acreditamos que o Pacto é um modelo a ser colocado em prática para que os serviços básicos da Nação sejam respeitados e atendidos adequadamente, proporcionando assim dignidade e qualidade de vida para toda a população e o desenvolvimento sustentável da eco-



Para a classe empresarial, esta forma de distribuição desigual reduz a capacidade competitiva, principalmente para a exportação; dificulta investimentos para expansão e inibe o empreendedorismo”

nomia do país.

Pois não há mais como adiar a decisão de um novo Pacto Federativo. Somos representantes da classe empresarial catarinense e desta forma temos o dever de cobrar da classe política o empenho na viabilização do Pacto para que seja dado mais um importante passo para a consolidação da federalização, conforme foi idealizado há mais de 120 anos.

É preciso dar fim a este clima de incerteza. Os gestores públicos precisam ser avaliados pela capacidade de gestão dos recursos, seriedade administrativa e compromisso com o bem da população e não serem ni-

velados por baixo como se todos fossem péssimos estadistas.

As manifestações dos últimos anos são reflexo da insatisfação dos eleitores com esta centralização da arrecadação e um poder de decisão único. À FACISC, como representante dos empresários catarinenses, compete buscar a aproximação com a classe política em todas as esferas e esperar que, com a união dos voluntários do maior sistema empresarial associativista de SC, os envolvidos neste processo tomem as medidas necessárias para efetuar as mudanças que precisamos, para enfim ver o Pacto Federativo acontecer.

O Pacto Federativo como cláusula pétrea

A Constituição Federal de 1988 erigiu à condição de cláusula pétrea a forma federativa de Estado (art. 60, § 4º, I). Como bem lembra o desembargador do Tribunal de Justiça-RS, professor universitário e ex-presidente da Conamp (Associação Nacional dos Membros do Munistério Público) Voltaire de Lima Moraes, “ cabe verificar se não está sendo comprometida a essência do Pacto Federativo na medida em que, na esfera do Poder Executivo, os governadores e prefeitos, cada vez mais, menos podem fazer, pois a União, sistematicamente, vem concentrando mais poderes, especialmente no âmbito orçamentário-financeiro”.

No âmbito do Poder Legislativo, acrescenta o jurista, “as Câmaras de Vereadores e as Assembleias Legislativas vêm perdendo espaço no que se refere ao seu poder legiferante, notadamente em matéria tributária”.

No campo do Poder Judiciário, prossegue ele, “é visível, principalmente diante das reformas que aí estão, o esvaziamento de competências da Justiça dos Estados, consistentes na proposta de federalização dos crimes envolvendo Direitos Humanos e agora, de forma recentíssima, a proposta de passar à Justiça Federal a incumbência de julgar conflitos agrários, a despeito do que dispõe o art. 126 da CF”

Esse centralismo atende aos superiores interesses da sociedade brasileira?, indaga o desembargador.

Agricultura e Pacto Federativo

A agricultura precisa de influência e poder político para obter as decisões, os planos, as políticas e, principalmente, os recursos para superar quadros crônicos de dificuldades

No mundo inteiro, a agricultura é considerada um setor essencial da economia e, ao mesmo tempo, vulnerável, requerendo, por isso, proteção especial do Estado e atenção prioritária da sociedade. No cenário brasileiro, a complexidade e riqueza desse vasto setor da economia verde-amarela são expressões altissonantes da soberania nacional. Grande parcela da sociedade urbana, entretanto, desconhece a importância, a dimensão, a riqueza e as implicações socioeconômicas da agricultura, aqui entendida como o conjunto do setor primário da economia.

Há décadas que a balança comercial do setor primário oferece ao país um imenso superávit setorial, importantíssimo para o fechamento das contas externas. A expansão da produção, da renda e das exportações tornaram o segmento pecuário uma área estratégica. Ou melhor: essa sempre foi uma área essencial, mas somente agora reconhecida nos planos governamentais.

O país está entre os primeiros exportadores mundiais de carne de frango e de carne bovina e prepara-se para se tornar grande exportador de industrializados lácteos.

O Brasil, por sua dimensão continental e clima diversificado, é um país de vocação agrícola e pecuária, dotado de grande disponibilidade de recursos naturais. A economia primária é, por isso, fundamental no processo do desenvolvimento nacional, permitindo um crescimento sustentável, viabilizando o atendimento das necessidades de segurança alimentar da população e geração de excedentes exportáveis que, juntos, sustentam a base do crescimento social e econômico da Nação. A importância do setor agropecuário no cenário nacional é inquestionável: responde por 12% do PIB brasileiro e, se considerarmos a cadeia agroindustrial, esta participação chega a 35% do Produto Interno Bruto.

O que a agricultura tem a ver com um novo Pacto Federativo? Inserida na sociedade brasileira, a agricultura precisa de influência e poder político para obter as decisões, os planos, as políticas e, principalmente, os recursos para superar quadros crônicos de dificuldades.

Um novo pacto pode colocar o setor primário no centro de políticas de



JOSÉ ZEFERINO PEDROZO

Presidente da FAESC (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina)

Estado – e não apenas de governo – para que sua real importância seja reconhecida e esse reconhecimento traduzido em ações que permitam o seu equilibrado desenvolvimento. Quando se analisa a dificuldade econômica do setor agrícola, percebe-se o problema dos municípios cuja economia depende diretamente do desempenho da agricultura, que corresponde a mais de 80% dos municípios brasileiros. Na realidade, essas comunidades vivem os efeitos da antiga máxima: “quando a agricultura vai bem, tudo vai bem; quando a agricultura vai mal, tudo vai mal”. O município é o ente federado que tem o contato mais próximo com a realidade cotidiana da população. A população produz, gera emprego e renda nos municípios, mas a maior parcela dos tributos fica com a União.

As poderosas mudanças e transformações que ocorrem, hodiernamente, na sociedade brasileira se refletem no papel do Estado que está em processo de redefinição. Frente às mudanças tecnológicas que revolucionaram o sistema produtivo, o Estado mostrou-se incapaz de responder, com rapidez necessária, às mudanças de hábitos, à produção de conhecimento e às lógicas econômicas. Diante dos novos desafios surgem propostas de modernização do Estado e de adoção de critérios de eficiência na gestão pública.

O moderno conceito de descentralização administrativa e de fortalecimento da base da União Federal – ou seja, os municípios – deve orientar as mudanças na dimensão transformadora de um novo Pacto Federativo. Novas estruturas estatais devem es-

timular novas relações de parceria e cooperação entre sociedade e governo. Devem ser fortalecidas e simplificadas as relações de cooperação entre as três esferas de governo, mediante uma nova arquitetura da cadeia federativa.

É preciso reconhecer um importante avanço: o Pacto Federativo, expresso pela carta constitucional de 1988, privilegiou o fortalecimento do município dentro do chamado 'federalismo cooperativo'. Diante da extensão geográfica do Brasil, da dimensão territorial e de sua maior proximidade com a população, é natural que os municípios tenham sido os principais beneficiários da descentralização fiscal, política e administrativa. Administradores municipais reclamam que foram transferidos encargos que se situavam na esfera da União e dos Estados, sem a correspondente transferência dos recursos. A questão das competências comuns entre os três entes federados decorre, muitas vezes, da omissão legislativa que, sem a jurisprudência necessária para distribuir atribuições, preferiu deixar as competências indefinidas.

Esperamos que um novo Pacto Federativo privilegie e descentralize atribuições e responsabilidades em toda a cadeia federativa, de maneira que os três níveis de governo tenham – de forma articulada e cooperativa – estrutura e recursos para programas de apoio ao desenvolvimento de todas as cadeias produtivas da agricultura e do agronegócio brasileiro. Essa nova fase deve contemplar programas de assistência técnica, de crédito, isenção de tributação, defesa comercial, reformu-



Devem ser fortalecidas e simplificadas as relações de cooperação entre as três esferas de governo, mediante uma nova arquitetura da cadeia federativa”

lação do sistema sanitário, estímulo à pecuária de precisão, investimento na qualidade e sanidade animal e vegetal, enfim, em todas as áreas da vastidão do setor primário da economia brasileira.

Harmonia e equilíbrio de poderes e controle mútuo entre os três entes federativos – ao lado do consagrado princípio da interdependência e do respeito recíproco – constituem garantia de segurança, transparência e eficiência. A sociedade quer um Estado mais presente e, acima de tudo, mais eficiente.

A realidade da partilha tributária no Brasil

A cada dia mais e mais programas federais e estaduais vêm sendo transferidos aos municípios sem a devida contrapartida financeira para a execução dos mesmos

O modelo de partilha tributária brasileiro é visivelmente equivocado, tendo em vista que o ente federativo mais destacado hoje na execução das políticas públicas é também o que recebe a menor parcela dos recursos. Enquanto que em 2012 a União ficou com 60%, os estados ficaram com 23% e os mais de cinco mil e quinhentos municípios brasileiros dividiram os 17% restantes. Num comparativo de investimentos, a União investe 5% de sua receita líquida em Saúde e 3% em Educação, ao passo que os municípios vêm aplicando em média 21% em Saúde e 25% em Educação.

Além das atribuições a que os municípios foram submetidos a partir da Constituição de 1988, a cada dia mais e mais programas federais e estaduais vêm sendo transferidos aos municípios sem a devida contrapartida financeira para a execução dos mesmos. Essa prática de municipalização de políticas públicas acarreta a ampliação da es-

trutura física e de recursos humanos para atendimento à população, implicando em aumento da despesa pública municipal. Neste quadro, a revisão e distribuição mais justa das receitas tributárias se torna uma necessidade urgente para que o ente federado mais próximo da população - o município - não seja inviabilizado de prestar serviços de qualidade. É ali, no município, que as coisas acontecem, sendo justo, portanto, que a parcela a ele destinada seja maior.

A elevação da partilha dos municípios em 30% é uma das três principais bandeiras da Fecam. A entidade apoia ainda aumento de 2% no Fundo de Participação dos Municípios - FPM, reivindicado pela Confederação Nacional de Municípios - CNM, desde que seja feito de forma imediata. E, paralelamente, após três anos deste ganho, reivindica que o movimento municipalista obtenha êxito na participação dos municípios em 10% sobre a arrecadação dos impostos e contribuições não partilhados. Essa proposta, de iniciativa da Fecam, já tramita na Comissão de Participação Legislativa da Câmara dos Deputados e determina o acréscimo do inciso III, ao artigo 159, da Constituição Federal, dispondo sobre a destinação aos municípios de 10% incidentes sobre a arrecadação do Imposto sobre Importação, do Im-



HUGO LEMBECK

Prefeito de Taió
Presidente da FECAM

posto sobre Operações Financeiras - IOF, Imposto sobre Grandes Fortunas, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, seguindo as mesmas regras de transferências previstas para o FPM.

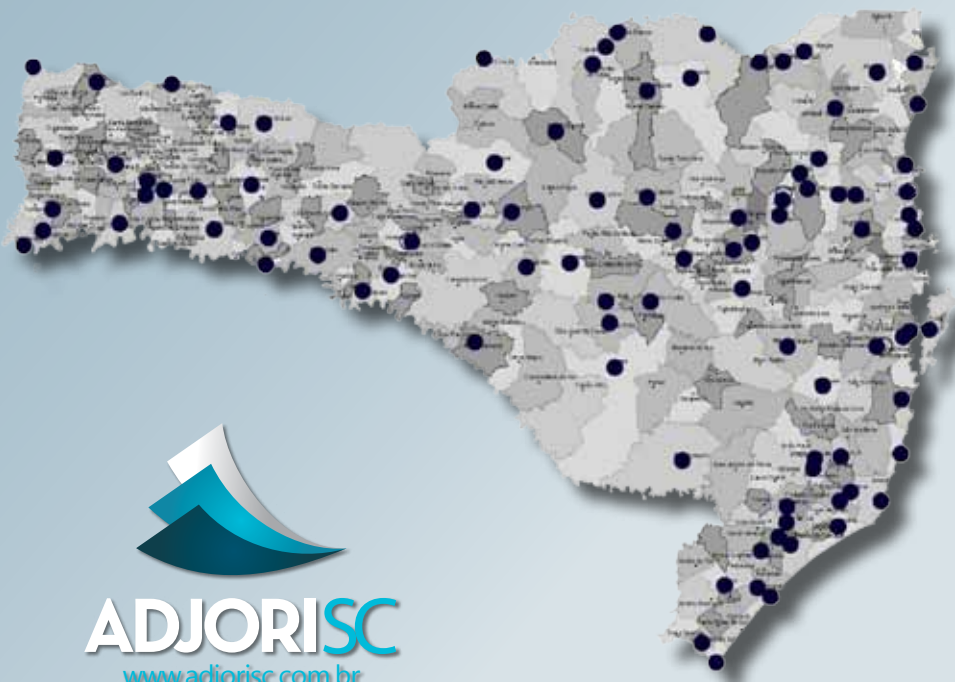
A melhoria da qualidade de vida da população passa pelo fortalecimento dos municípios, pelas conquistas do movimento municipalista e pelo trabalho desenvolvido por cada gestor municipal. A grande obra da Fecam, nessas mais de três décadas de atuação, não é uma obra física e sim a mobilização constante e permanente em torno dessa questão, na busca pela melhor distribuição tributária, mais justa e equilibrada, beneficiando assim não somente um ente federativo, mas a todos os brasileiros.



A melhoria da qualidade de vida da população passa pelo fortalecimento dos municípios, pelas conquistas do movimento municipalista e pelo trabalho desenvolvido por cada gestor municipal”

PRESENÇA EM TODO O ESTADO

A Adjori/SC tem **190** jornais associados. São **600 mil** exemplares por semana, para mais de **3 milhões** de leitores nos **295** municípios.



Setor necessita de incentivos que estimulem a atividade produtiva



BRUNO BREITHAUPT

Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio)

Somente o estímulo à atividade produtiva é capaz de superar os revezes na arrecadação pública, incrementando o setor produtivo, gerando emprego e renda

O Senado Federal encerrou 2013 tendo como grande tema do ano o Pacto Federativo. Para retirá-lo da esfera judicial e reconduzir o debate a partir da pauta política do Congresso, o Senado criou uma agenda que incluiu um conjunto de medidas que tem na reforma do ICMS seu grande horizonte, desde a unificação das alíquotas de ICMS de importação, determinada pela Resolução 13/2012 do Senado, até a Proposição de Resolução (PRS) 1/2013, que unifica as alíquotas de ICMS para todas as transações interestaduais.

Em Santa Catarina, o governador Raimundo Colombo instituiu o Diferencial de Alíquota (Difa) no início de 2013, com o objetivo de salvaguardar as contas públicas de mais uma medida do Senado que faria com que o Estado perdesse receitas. O Difa elevaria a alíquota de ICMS incidente sobre as micro e pequenas empresas de Santa Catarina que realizassem compras fora do Estado.

Esta medida gerou grande debate nos diversos setores que movimentam a economia em Santa Catarina. Para alguns setores, era um claro incentivo fiscal que dinamizaria ainda mais as empresas e a arrecadação catarinense. Mas, para a maioria, significava uma elevação na carga tributária. A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina (Fecomércio/SC) sinalizou à Secretaria da Fazenda a necessidade de se trabalhar o tema de forma setorializada, para que não fossem eliminados os benefícios de alguns setores e, ao mesmo tempo, não prejudicar o maior número de empresas no Estado.

Com a forte pressão sofrida pelo Governo Federal, o PRS 1/2013 perdeu fôlego no Congresso, deixando de ocupar a agenda imediata do Executivo. Em Santa Catarina, diante de forte pressão e pela suspensão na tramitação do PRS 1/2013, o governador acabou revogando o Difa. A Fecomércio entende, desde a medida, que se deve criar uma política de incentivos fiscais aos setores do comércio de bens, serviços e ao turismo do Estado. Somente o estímulo à atividade produtiva é capaz de superar os revezes na arrecadação pública, incrementando o setor produtivo, gerando emprego e renda.

O debate do Pacto Federativo é fundamental para o setor produtivo. Exemplificamos acima questões que são centrais à atividade econômica e que estão politicamente atreladas ao debate federal. No momento em que o reequilíbrio das relações entre os entes federados favorecer os estados e, sobretudo, os municípios, a folga no orçamento e o fluxo de caixa permitirão maior dinamicidade nos investimentos em infraestrutura, melhorando a logística, com maior produtividade e redução dos custos de transação, consequentemente aumentando a competitividade dos

produtos e serviços estaduais.

A definição das alíquotas incidentes na circulação de mercadorias de um estado para outro, a compensação aos estados por perdas de arrecadação no novo arranjo e a convalidação dos incentivos fiscais considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) estão no conjunto de proposições da Câmara e do Senado que compõem a agenda do Pacto Federativo. Santa Catarina é privilegiada por ter, no centro dessa discussão, senadores engajados na defesa dos interesses econômicos e produtivos do Estado.



**Santa Catarina é privilegiada por ter,
no centro dessa discussão,
senadores engajados
na defesa dos interesses
econômicos e produtivos do Estado”**

O Pacto Federativo e as Políticas Públicas

No elogiado trabalho “Pacto Federativo e Políticas Públicas: o predomínio das relações predatórias entre as esferas de governo”, a autora Lilia Penha Viana Silva, da Universidade Federal do Maranhão, aborda as particularidades do Pacto Federativo brasileiro pautado nas heranças conservadoras da nossa formação social, bem como as alterações trazidas pela Constituição de 1988 com a descentralização político-administrativa e autonomia dos municípios. Em sua conclusão, escreve: “Jogam contra as relações de cooperação entre as três esferas de governo: a falta de coordenação política pela União das relações dos três entes federativos; a falta de mecanismos jurídicos que fomentem a cooperação intergovernamental pautada na autonomia e funcionalidade das relações de dependência política, administrativa e financeira para o jogo político entre os entes federativos.

Nesse contexto, a implementação das políticas públicas conforme o modelo atual inviabiliza o alcance dos objetivos preceituados na Constituição Federal e vitimiza parcelas da população a quem o usufruto dos serviços públicos é imprescindível. É com base nesse quadro que se torna urgente que esse tema entre para a agenda governamental”.

Um novo Pacto Federativo

Inconcebível pensar que o brasileiro trabalha cinco meses do ano só para pagar impostos

O debate sobre o Pacto Federativo passa por questões substanciais para o desenvolvimento econômico e social, como as atribuições e responsabilidades da União, dos estados e dos municípios. A divisão das receitas dos impostos entre os entes federados está no centro dessa discussão. Recursos públicos descentralizados e compartilhados de forma justa permitiriam atender as demandas da população de maneira muito mais eficiente.

A sociedade brasileira tem uma carga tributária que pesa demais. Inconcebível pensar que o brasileiro trabalha cinco meses do ano só para pagar impostos. Ainda assim, o contribuinte não recebe contrapartida adequada na forma de serviços públicos. Hoje, a União detém 63% da arrecadação e destina aos estados 24%. Os municípios ficam com apenas 13% e com este repasse precisam garantir à população acesso a serviços básicos como Educação, Saúde e Segurança. É nas cidades que o desenvolvimento acontece, em cada ponto longínquo deste país continental, com todas as suas diferenças de

ordem política, econômica, social, cultural e com forte anseio de progredir. É na porta da prefeitura que a população principalmente bate para cobrar serviços públicos de qualidade.

A divisão do bolo arrecadado nunca foi muito justa e o poder político sempre exerceu forte influência. No tempo do império era o próprio imperador que determinava onde deveriam ser aplicados os recursos do país. Grande parte ficava na Capital, o Rio de Janeiro. Com a proclamação da República, durante muito tempo São Paulo e Minas Gerais, que comandavam a política do café com leite, desenvolveram esses estados. O Norte e o Nordeste ficaram à margem desse processo. O sul do Brasil, povoado por imigrantes empreendedores, conseguiu acompanhar de perto o desenvolvimento do Sudeste, mesmo sem muito apoio.

O objetivo da Constituição de 1988 era claro: adequar as leis e instituições do país às necessidades específicas de cada região, dotando os estados e municípios de recursos próprios e prerrogativas legislativas amplas, para solucionar os problemas e planejar o seu desenvolvimento. Mas os gargalos criados pela economia, que cresce aquém do necessário, limitam o repasse para as cidades, impondo enormes



GLAUCIO JOSÉ CÔRTE

presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC

dificuldades aos prefeitos.

Além da concentração dos recursos na União, leis federais limitam a autonomia dos estados e municípios. A falta de clareza na definição de competências entre as esferas governamentais gera insegurança jurídica e atrapalha o desenvolvimento. É preciso repensar o atual modelo centralizador. É hora de propor um Pacto Federativo que restaure o dinamismo e que compartilhe mais recursos com as administrações locais, sempre considerando critérios de eficiência na gestão pública. Assim, será possível atender as necessidades dos brasileiros de forma justa e promover um salto qualificado no desenvolvimento.



**Além da concentração dos recursos
na União, leis federais limitam a autonomia
dos estados e municípios”**

SUA NOTÍCIA CIRCULANDO EM TODO O ESTADO

Agência Adjori de Jornalismo

Uma agência de notícias institucionais, que tem como principais fontes de informação as Entidades Organizadas da Sociedade (Confederações, Federações, Associações), Empresas, Governos, Parlamento, Judiciário, Estatais e Autarquias



Federalismo mal acabado



LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA

Senador da República pelo PMDB/SC

Os municípios sempre foram desprezados. A única mudança que se verificou nas últimas décadas foi lhe atribuírem cada vez mais deveres e obrigações

Como é possível um país ser, ao mesmo tempo, tão avançado e tão atrasado? Tão rico e tão pobre? Tão desenvolvido e tão subdesenvolvido?

Como pode um país, que produz aviões a jato, disputados pelos mais exigentes mercados do mundo, re-censar 35 milhões de analfabetos e 50 milhões de pessoas com nível de vida abaixo da linha da pobreza?

Como pode um país ter um elevado Produto Interno Bruto do mundo e ser a 64ª nação em indicadores sociais?

Como pode uma potência econômica continental, como o Brasil, ver aumentada, dia após dia, a exclusão social?

Onde está a causa desse abismo entre o econômico e o social? Por que a pobreza e a miséria crescem tanto e, com ela, a violência e a cri-

minalidade?

Há 38 anos na política, estudo, há pelo menos 20, as causas da exclusão social no Brasil. Sem medo de ser acusado de simplista, até porque reconheço a existência de dezenas de outras variáveis intervenientes, para mim existe uma razão superior, e que determina quase todas as outras, como uma metástase: é a centralização!

Fui consolidando essa convicção ao longo de dez mandatos populares consecutivos, através de inúmeras viagens pelo mundo, dezenas de debates e congressos, além de muitas leituras.

O Brasil, diferentemente dos países mais desenvolvidos, concentra em Brasília 65% do bolo tributário, enquanto a Suécia, sempre entre os mais desenvolvidos do mundo, destina 72% aos municípios.

Por que razão os países mais desenvolvidos destinam, no mínimo, 50% dos tributos aos municípios? Simples, porque é lá que o cidadão vive! Porque é lá que estão as demandas por atenção à Saúde, Educação, Segurança, Bem-Estar, Saneamento, Infraestrutura, creche, lazer, cultura...

Em nosso país, no entanto, os

municípios sempre foram desprezados. A única mudança que se verificou nas últimas décadas foi lhe atribuírem cada vez mais deveres e obrigações, sem a contrapartida dos recursos. Exatamente lá, onde estão os problemas, não chega o dinheiro.

A consequência não poderia ser outra: a crise social se agrava e a criminalidade toma conta das cidades. Tudo isso porque Brasília, que concentra os recursos, é incapaz de enxergar as necessidades de cada localidade, tornando impossível a tarefa de enfrentar, eficazmente, as causas sociais.

O caso mais típico é o do BNH. Mesmo apoiado por uma montanha de dinheiro, oriundo da poupança e do FGTS, foi incapaz de resolver, ao menos sofrivelmente, o problema habitacional. E o que dizer do Saneamento Básico, verdadeira fábrica de doentes a superlotar nossos hospitais?

Estou absolutamente convencido de que só com um novo Pacto Fede-

rativo, que descentralize os recursos e a gestão, dando mais autonomia aos municípios, só com um profundo reordenamento desse nosso fede-

ralismo mal acabado e mal resolvido conseguiremos avançar na solução dos gravíssimos problemas concentrados, cada vez mais, nas cidades.



O Brasil, diferentemente dos países mais desenvolvidos, concentra em Brasília 65% do bolo tributário, enquanto a Suécia, sempre entre os mais desenvolvidos do mundo, destina 72% aos municípios”

HÁ MAIS DE TRÊS DÉCADAS TRABALHANDO EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES



As cooperativas e o novo Pacto Federativo



MARCOS ANTÔNIO ZORDAN

Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc) e diretor de agropecuária da Coopercentral Aurora Alimentos

A sociedade brasileira discute um novo pacto federativo. Debate-se sobre deveres e obrigações de municípios, estados e União em relação à cidadania, eliminação das áreas de duplicidade, segurança pública, saúde pública e educação, justiça, representação diplomática, adequação da distribuição dos recursos e, sobretudo, valorização do município como ente federativo.

A redistribuição do bolo tributário nacional como solução para a crise financeira que afeta estados e municípios no Brasil não pode ser a principal motivação para uma revisão do Pacto Federativo, embora, atualmente, não seja mais aceita a concentração dos recursos tributários na esfera da União. O Governo Federal fica com 60% das receitas, os estados dividem 25% do bolo, enquanto os municípios ficam com apenas 15% dos recursos.

Qual seria o papel das cooperativas em um eventual novo ordenamento jurídico? As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados. Distinguem-se das demais sociedades pela adesão voluntária com número ilimitado de associados; variabilidade do capital social representado por quotas-partes; limitação do número

de quotas-partes do capital para cada associado; singularidade de voto; quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital; retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado; neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social, entre outras características.

Minha jornada de 36 anos na área convenceu-me de que o cooperativismo pode mudar o mundo. Essas organizações humanas, inspiradas em princípios da conjugação de esforços com objetivos econômicos, podem provocar mais mudanças e transformações – de forma pacífica e criativa – do que qualquer revolução.

Tome-se o exemplo de Santa Catarina: essa é a unidade da Federação brasileira com maior taxa de adesão ao cooperativismo. As 254 cooperativas associadas à Organização das Cooperativas do Estado (Ocesc) reúnem, em seu conjunto, um milhão e 600 mil famílias. Isso significa que metade da população estadual está vinculada a essa evoluída forma de associativismo. Em 2013, essas cooperativas geraram riquezas e serviços e obtiveram receitas totais que atingiram 20 bilhões de reais, contribuindo para elevar a quali-

dade de vida de amplos segmentos da sociedade catarinense.

Centenas de afamadas e reconhecidas marcas que estão no mercado nacional e internacional, aprovadas e valorizadas por milhões de consumidores, pertencem a empresas de natureza cooperativista que operam em algum de seus 13 ramos, como o agropecuário, saúde, crédito, consumo, infraestrutura, transporte, trabalho, produção, habitacional, mineral, especial, educacional e turismo. Outro dado revelador da ação cooperativista é a prioridade à educação: no ano passado, em formação profissional de dirigentes, cooperados e colaboradores, programas educacionais, treinamentos, monitoramento das cooperativas e outras ações, as cooperativas investiram mais de 13 milhões de reais e capacitaram perto de 100 mil catarinenses.

Esse comprometimento com o bem comum e esse capital humano devem ser aproveitados no novo Pacto Federativo. De que forma? Como se constata soberbamente em Santa Catarina, o cooperativismo deixou de ser apenas uma doutrina bonita, apurada e reconhecida mundialmente, para transformar-se em um grande e eficaz instrumento de transformação da sociedade humana através da cooperação e da cidadania. As cooperativas são grandes aliadas dos municípios na implementação de políticas públicas não assistencialistas. O município, como o ente federativo mais próximo do cidadão, obtém o melhor desempenho custo-benefício na aplicação dos recursos públicos e na prestação

de serviços que elevam a qualidade de vida e a cidadania da população.

Com o advento da Carta Magna de 1988, os municípios assumiram uma série de encargos que, antes, situavam-se na esfera do Estado e da União Federal. Em razão disso, foram municipalizadas atividades da Educação, Saúde, Agricultura etc. As cooperativas já colaboram em muitas dessas áreas.

Registre-se que o atual sistema federativo brasileiro é, na sua formulação, cooperativo, pelas diversas relações entre os entes federados para alcançar resultados qualificados em todas as áreas de atuação junto à população, como é o caso da Educação, Segurança e Saúde.

Após a promulgação da Carta Constitucional de 1988, novos encargos e obrigações têm sido atribuídas aos municípios, sem a correspondente transferência de recursos.

As cooperativas, na consecução de seus objetivos, direta ou indiretamente, trabalham para promover o desenvolvimento sustentado da comunidade local ou regional nas quais estão inseridas. Por isso, têm compromisso com a população. A natureza de seus princípios e a solidariedade presente em sua gênese fazem da cooperativa uma eterna protagonista de práticas éticas e morais tão valorizadas na construção de uma sociedade mais justa e menos desequilibrada. “Interesse pela comunidade” é um dos princípios universais do cooperativismo, é uma forma de conduzir a cooperativa de forma sintonizada com as carências e potencialidades da comunidade, não negando nem ignorando os problemas estruturais



O papel das cooperativas como coadjuvantes das comunidades municipais deve ter um aspecto relevante para os legisladores na formulação de um novo Pacto Federativo”

e conjunturais que a afetam.

A pesquisa nacional comprovou que nos municípios de vocação e prática cooperativistas, o IDH é mais elevado. Para isso, o papel das cooperativas como coadjuvantes das comunidades municipais deve ter um aspecto relevante para os legisladores na formulação de um novo Pacto Federativo.

Pacto Federativo: os quatro pontos a serem enfrentados



Mudança no perfil do que se deve à União; mudanças nos fundos de participação; revisão das competências que criam despesas, e controle de projetos de lei federal que oneram estados e municípios”

Os que menos arrecadam são os mais exigidos nos gastos reclamados pela população

Tem-se que há um Pacto Federativo amparado pela Constituição no Brasil. Por ele, há um grande acordo político, econômico, tributário e social entre a União, os estados e os municípios.

O que se discute é se as regras acordadas estão sendo cumpridas ou se elas não atendem mais às exigências de eficiência do Estado.

É comum que se comece a discussão pelos dados da tributação brasileira e da divisão do produto da arrecadação entre os entes da Federação. À primeira vista, constata-se um elevado grau de centralização. A elevada carga tributária (cerca de 37% do PIB) concentra os recursos financeiros na União (60%), com os estados recebendo a segunda parcela (23%), e a menor é destinada aos municípios (17%).

No campo das competências, contudo, cada vez mais demandas são dirigidas ao município, o que gera uma enorme distorção. Os que menos arrecadam são os mais exigidos nos gastos reclamados pela população.

Assim, numa rediscussão desse Pacto (para ver se está sendo cumprido ou se não atende mais o que se espera da burocracia estatal) não se pode exigir



SALOMÃO RIBAS JUNIOR

Presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina-TCE/SC

apenas a divisão do bolo tributário. Há quatro pontos, já alinhados pelos governadores, que precisam ser enfrentados e resolvidos. É a (1) mudança no perfil do que se deve à União; (2) mudanças nos fundos de participação (FPE e FPM); (3) revisão das competências que criam despesas e (4) controle de projetos de lei federal que oneram estados e municípios.

Essas questões não dependem de mudanças na Constituição. Pelo contrário, elas decorrem da cláusula pétrea que estabeleceu a Federação. Ela precisa funcionar como tal e não um Estado centralizado (União) e divisões administrativas (estados e municípios).



SISTEMA ACAFE

*A Força da Educação Superior
em Santa Catarina*

A Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) é uma sociedade civil sem fins lucrativos que congrega as Fundações Educacionais criadas no Estado de Santa Catarina por lei dos poderes públicos estadual e municipais.

O objetivo desta união é promover o intercâmbio administrativo, técnico e científico entre as Instituições de Educação Superior, na busca de soluções para problemas comuns nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administração.

Ações comunitárias

Na busca do desenvolvimento, das microrregiões do estado de Santa Catarina, as IES filiadas à ACADE, cumprindo sua função social, desenvolvem, sem ônus para os beneficiários, programas e projetos de assistência à comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, inclusão social e construção da cidadania.

Em 2012 foram beneficiadas mais de **1,2 (um milhão e duzentas mil)** pessoas, nas seguintes áreas:

65.164 estudantes beneficiados com diferentes tipos de apoio
381.953 pessoas atendidas por serviços de saúde
42.884 pessoas atendidas em atividades de assistência jurídica
545.921 pessoas atendidas em programas de educação comunitária
248.144 pessoas atendidas em programas de promoção sociocultural.

As Universidades Comunitárias que compõem o Sistema ACADE, participam ativamente na promoção e do desenvolvimento do Estado e de suas regiões:

16 Instituições
52 cidades atendidas
152.977 alunos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação
9.198 professores (dentre **4.188** mestres e **1.779** doutores)
7.905 funcionários
1.021 cursos de graduação
496 cursos de pós-graduação
464 grupos institucionais de pesquisa
14 incubadoras com **152** empresas incubadas
65.164 alunos beneficiados com bolsa de estudo
6.831 projetos de pesquisa, extensão e iniciação científica
1.872 laboratórios
23.397 computadores conectados à internet

Mais de **2,5 (dois milhões e quinhentos mil)** livros nas bibliotecas.

Este modelo contribuiu para que Santa Catarina apresente um dos melhores Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e ocupe o segundo lugar em matrículas na educação superior no Brasil.

Fonte: Sistema ACADE de Dados Estatísticos, base 2012.



www.acafe.org.br

Rua Presidente Coutinho, 311 – Centro Comercial Saint James
1º e 2º andar Centro – Florianópolis SC – Telefone (48) 3224 8860



A Universidade de todos

Instituições de Educação Superior associadas



Universidade
do Contestado



A Uvesc e o Pacto Federativo

Urge que os três níveis dos Poderes Executivo e Legislativo deste país reúnam-se e, junto com a sociedade civil organizada, discutam e concluam urgentemente um Novo Pacto Federativo

As transferências de responsabilidades para os municípios sem as devidas contrapartidas pelos dois Entes Superiores têm causado transtornos administrativos sem precedentes na nossa história mais recente

Foram sábios os constituintes de 1988 quando definiram o Brasil como uma Federação, onde a forma de organização político-territorial é baseada no compartilhamento, tanto na legitimidade como nas decisões coletivas entre mais de um nível de governo. Com certeza, esperavam eles que haveria uma ponderada e justa distribuição dos recursos arrecadados entre os entes federados.

Com o passar dos anos, o que se viu neste país foi uma concentração absurda de arrecadação em poder do Governo Central, ficando os estados e os municípios com transferências bem menores, gerando com isso o empobrecimento destes em comparação com o Poder Central.

As transferências de responsabili-

dades para os municípios no que tange à Saúde, Educação, Saneamento Básico, Transporte e tantas outras necessidades da população, sem as devidas contrapartidas pelos dois Entes Superiores, têm causado transtornos administrativos sem precedentes na nossa história mais recente.

Como é nos municípios que tudo acontece, seria lógico que a maior fatia do bolo tributário ficasse com a municipalidade, até porque são os prefeitos aqueles que conhecem e sabem das necessidades de seus munícipes. Embora os governos Federal e Estadual repassem outros recursos, estes muitas vezes chegam na forma de “Verbas Carimbadas” e não raro se destinam para aquilo que os municípios não precisam ou não consideram prioritário.

A nosso ver, não dá mais para continuarmos com esta situação. Urge que os três níveis dos Poderes Executivo e Legislativo deste país reúnam-se e, junto com a sociedade civil organizada, discutam e concluam urgentemente um “Novo Pacto Federativo” onde se possa inverter os índices distributivos dos recursos financeiros deste país.

Esta entidade, representativa do Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina, defende um “Novo Pacto Federativo” e para isso está se manifestando em nome deste Poder e buscará integrar-se



**VEREADOR ITAMAR
ANTONIO AGNOLETTTO**

Conselheiro Presidente Licenciado

com o Poder Executivo Estadual e dos Municípios através da sua entidade representativa, a Assembleia Legislativa do Estado e demais entidades da sociedade civil organizada, para se buscar um “Novo Pacto Federativo”, onde se não se inverta totalmente os índices de transferências, mas que pelo menos se coloque nas mãos dos municípios um índice no mínimo o dobro do hoje praticado, pois é neles que tudo acontece e que hoje pouco recebem.

Aproveitamos o momento para parabenizar a direção da ADJORI/SC por entrar nesta luta e disponibilizar espaço na imprensa escrita deste Estado para manifestações como esta. “Um Novo Pacto Federativo Já”.



As transferências de responsabilidades para os municípios sem as devidas contrapartidas pelos dois Entes Superiores têm causado transtornos administrativos sem precedentes na nossa história mais recente”

A NOTÍCIA QUE SE LÊ AQUI MAIS DE 800 MIL PESSOAS TAMBÉM LEEM

Rede Catarinense de Notícias

Página semanal produzida pela equipe da Agência Adjori de Jornalismo, para veiculação em Jornais Associados que cobrem todas as regiões do Estado



ADJORI
www.adjorisc.com.br

Rede Catarinense de Notícias

A notícia que você lê aqui, mais de 800 mil pessoas também leem. Sua página também leem.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, TÂNIA MARIA EBERHART

“Não faltam médicos no Estado”

Em entrevista à Agência de Notícias do Estado, a secretária de Saúde, Tânia Maria Eberhart, disse que há médicos em todos os municípios. Ela afirmou que não há falta de médicos no Estado e que a Secretaria de Saúde está trabalhando para garantir a qualidade do atendimento aos cidadãos.

Inscrições para o Top Turismo

A Prefeitura de Santa Catarina lançou o edital para inscrições no Top Turismo. O edital prevê a participação de empresas e profissionais da área do turismo.

Campanha para valorizar a profissão

A Prefeitura de Santa Catarina lançou a campanha para valorizar a profissão de jornalista. A campanha visa destacar a importância do jornalismo na sociedade.

De olho no dinheiro público

A Prefeitura de Santa Catarina lançou a campanha para controlar o gasto público. A campanha visa reduzir os custos e otimizar o uso dos recursos públicos.

Correção, que desmonta o mito de que não há médicos no Estado

A Prefeitura de Santa Catarina corrigiu o mito de que não há médicos no Estado. A Prefeitura afirmou que há médicos em todos os municípios e que a Secretaria de Saúde está trabalhando para garantir a qualidade do atendimento aos cidadãos.

Correção, que desmonta o mito de que não há médicos no Estado

A Prefeitura de Santa Catarina corrigiu o mito de que não há médicos no Estado. A Prefeitura afirmou que há médicos em todos os municípios e que a Secretaria de Saúde está trabalhando para garantir a qualidade do atendimento aos cidadãos.

Rede Catarinense de Notícias

A notícia que você lê aqui, mais de 800 mil pessoas também leem. Sua página também leem.

EX-REPRESENTANTE DA ADJORI, PRESIDENTE DO SINDICATO

“A maior renda p...”

Em entrevista à Agência de Notícias do Estado, o ex-representante da Adjori e presidente do Sindicato, afirmou que a maior renda pertence aos municípios. Ele afirmou que os municípios recebem a maior parte dos recursos transferidos pelo Estado.

Inscrições para o Top Turismo

A Prefeitura de Santa Catarina lançou o edital para inscrições no Top Turismo. O edital prevê a participação de empresas e profissionais da área do turismo.

Campanha para valorizar a profissão

A Prefeitura de Santa Catarina lançou a campanha para valorizar a profissão de jornalista. A campanha visa destacar a importância do jornalismo na sociedade.

De olho no dinheiro público

A Prefeitura de Santa Catarina lançou a campanha para controlar o gasto público. A campanha visa reduzir os custos e otimizar o uso dos recursos públicos.

Muitas atribuições e poucos recursos



ANTONIO GAVAZZONI

Secretário de Estado da Fazenda

Um novo Pacto Federativo passou a ser vital para a sobrevivência de nossas administrações

Gestão fiscal pressupõe equilíbrio entre receita e despesa. Não é o que prega o atual modelo brasileiro de repartição tributária. O Brasil é um país continental, com 5.570 municípios em seus 27 estados, que lamentavelmente não sabe o que é justiça fiscal. Enquanto estados e municípios receberam grande parte das funções de gestão das políticas de Saúde, Educação, Habitação, Saneamento Básico, sua participação na receita não cresceu na mesma medida – ao contrário, só diminuiu. Essa visão deve estar bem clara para os administradores estaduais e municipais, e ser motivadora de uma parceria entre estados e municípios.

Ao longo dos anos, a repartição tributária brasileira apresentou diversas variações em função de tentativas de desconcentrar recursos para estados e municípios, com a União retomando a concentração reiteradas vezes. O cenário se estabilizou após a Constituição Federal de 1988, considerada o último Pacto Federativo. Porém, desde os anos 90,

é perceptível que a União aumentou sua participação na carga tributária e a repartição beneficiou os municípios, mantendo estável a receita disponível dos estados. Atualmente, a receita tributária fica 70% concentrada na União, com 24,4% para estados e 5,5% para municípios. Nos anos 60, a União ficava com 64% do bolo, os estados com 31,3% e os municípios com 4,7%. Na comparação fica claro que os maiores prejudicados foram os estados, que tiveram participação reduzida.

Considerando que grande parcela das receitas disponíveis para os municípios advém de transferências de receitas da União e dos estados, um dos lados dessa moeda atinge diretamente os cofres municipais, já que 25% de tudo o que é arrecadado pelos estados com o ICMS seguem diretamente para os municípios. Em muitos casos, praticamente 40% da receita municipal dependem da arrecadação do ICMS.

Por fim, todos sofremos impacto direto de desonerações anunciadas pela esfera federal, que se refletem nos caixas estaduais e municipais. Vejamos o exemplo do IPI: a cada R\$ 2 bilhões que deixam de ser arrecadados, R\$ 1 bilhão deixa de ser



Ao longo dos anos, a repartição tributária brasileira apresentou diversas variações, em função de tentativas de desconcentrar recursos para estados e municípios, com a União retomando a concentração reiteradas vezes”

distribuído aos estados e municípios.

Do outro lado da moeda está o crescimento das despesas. O artigo 212 da Constituição, que trata da manutenção e desenvolvimento do ensino, diz que a União deve investir 18% da receita de impostos em Educação, enquanto estados e municípios destinam 25% para essa área. Já no caso específico da Saúde, os investimentos mínimos obedecem duas “indexações” diferentes: para a União, o indexador é a variação do PIB - que desde 1999 acumulou cerca de 50% de aumento - e para estados e municípios, o valor é elevado

junto com a sua arrecadação. Santa Catarina, entre 2000 e 2012 praticamente multiplicou por cinco a sua arrecadação de ICMS, que subiu próximo de 400%. Ou seja, nosso limite mínimo de aplicação em ações e serviços públicos de Saúde (que é de 12% da arrecadação) aumentou também cerca de 400% no período.

Por tudo que os números comprovam e que a realidade atesta, um novo Pacto Federativo passou a ser vital para a sobrevivência de nossas administrações. Somente a desconcentração dos recursos públicos poderá melhorar a gestão e a infraestrutura dos estados e municípios.

O debate em evento nacional

Tema polêmico, por tratar das atribuições, dos direitos e deveres da União, estados e municípios, o Pacto Federativo será discutido sob as óticas política, econômica e da sociedade em evento promovido em Florianópolis, Santa Catarina, no dia 9 de maio, na Federação das Indústrias do Estado de SC - Fiesc.

Na abertura do evento, o empresário e ex-secretário de Planejamento de Santa Catarina, Armando Hess de Souza, vai falar sobre o que é o Pacto Federativo e a visão da sociedade sobre o assunto.

Na sequência, serão realizados três painéis. O primeiro deles, “A Visão Política do Pacto Federativo”, com o senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC), o colunista do jornal Valor Econômico, Ribamar Oliveira, e o economista e deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). O segundo painel, “A Visão Econômica do Pacto Federativo”, terá o presidente da Fiesc, Glauco José Côrte, o presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), Roque Pellizzaro Junior, e um representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI). O terceiro e último painel, “A Visão do Governo Federal, Estadual e Municipal sobre o Pacto Federativo”, terá o governador de SC, Raimundo Colombo, o presidente da Associação Brasileira de Municípios (ABM), Eduardo Tadeu Pereira, e o presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Hugo Lembeck.

Por uma Administração Tributária forte e estruturada

O Pacto Federativo deve fundamentar-se na solidariedade entre os governos e não no poder de barganha

O Pacto Federativo é algo muito discutido principalmente em época de eleições. Passado este momento o assunto esfria e tudo continua da mesma forma.

Mas qual a razão de se falar em revisão do Pacto Federativo? Pelo simples fato de que estados e municípios estão ficando totalmente dependentes financeiramente da União, prejudicando suas autonomias constitucionais e a prestação de serviços para a população. Explico melhor.

Com a Constituição Federal de 1988 houve uma divisão muito clara da competência tributária da União, estados, Distrito Federal e municípios. Entretanto, ao longo desses 25 anos da “Constituição Cidadã”, a União foi instituindo a cobrança de tributos, especialmente contribuições sociais, que não eram sujeitos à repartição com estados e municípios. Como consequência, houve um aumento da concentração da carga tributária na União, que cresceu de 20,27% do PIB em 1999 para 24,72%

em 2009, conforme publicado na Revista Visão Fenafisco. O objetivo básico seria financiar o superávit primário da União, permitindo que ela, em 2014, comprometa 42,04% de seu orçamento anual com o pagamento da dívida, segundo revela estudo da ONG Auditoria Cidadã da Dívida, e também, e ainda mais grave, controlar “na rédea curta” estados e municípios, liberando repasses para aqueles entes políticos que se coadunarem com a vontade política do Planalto. Todavia, ao contrário do que ocorreu no passado, o Pacto Federativo deve fundamentar-se na solidariedade entre os governos e não no poder de barganha.

Como conseguir um Estado forte com esta discrepância e dependência? No bojo da discussão do tema revisão do Pacto Federativo inserem-se duas questões relevantes. A primeira diz respeito às Administrações Tributárias. Deve-se fortalecê-las institucionalmente, tendo em vista serem as responsáveis pela arrecadação de tributos que financiarão todo o Estado brasileiro. A segunda, é a criação da Lei Orgânica das Administrações Tributárias, uma legislação que defina normas gerais aplicáveis a todas elas e crie um padrão mínimo das mesmas em todas as Unidades da Federação. O Brasil é



FABIANO DADAM NAU

Presidente do Sindicato dos Fiscais da Fazenda do Estado de Santa Catarina - SINDIFISCO

um país jovem e muito ainda há por ser construído. O modelo adotado é o financiamento público através da cobrança de tributos da sociedade. Necessita-se haver uma Administração Tributária forte, estruturada, com atuação independente, com autonomia administrativa, financeira e orçamentária, até para que se consiga baixar a atual carga tributária no Brasil, “onde poucos pagam, poucos pagam muito”.

Isto será possível também com o engajamento da sociedade no combate permanente à sonegação e na fiscalização austera da prestação de serviços públicos de qualidade.



A União foi instituindo a cobrança de tributos, especialmente contribuições sociais, que não eram sujeitos à repartição com estados e municípios”

SEMINÁRIO NACIONAL
**“O PACTO
FEDERATIVO
EM DEBATE”**



09 de maio de 2014

Florianópolis/SC
Das 14 às 19 horas

Centro de Eventos da FIESC
Rodovia Admar Gonzaga, 2765
Itacorubi

Realização:

FIESC



O clamor da sociedade

Além de aprofundar o relacionamento entre os jornais associados e os gestores municipais, os eventos tiveram por objetivo ouvir lideranças políticas e empresariais sobre as principais demandas regionais



A Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina – Adjori/SC iniciou em 11 de março uma série de encontros regionais, em diferentes quadrantes do território catarinense.

Além de aprofundar o relacionamento entre os jornais associados e os gestores municipais, os eventos tiveram por objetivo ouvir lideranças políticas e empresariais sobre as principais demandas regionais. Todos os eventos foram abertos pelo presidente da Associação, Miguel Ângelo Gobbi, e contaram com a participação da jornalista Rita de Cássia Lombardi, diretora institucional da Adjori/SC, e de Tassiane Palaoro, da Suíta Sistemas.

Aprimoramento

Os encontros também foram planejados para a Adjori/SC detalhar as ferramentas de gestão de empresas jornalísticas disponíveis aos associados graças à parceria com a Suíta Sistemas, espe-

cializada em softwares para o mercado editorial. Em cada um dos encontros, após o debate com autoridades e personalidades convidadas, proprietários e diretores dos jornais regionais expuseram suas dúvidas e discutiram novas possibilidades de aprimoramento. Segundo o presidente da Adjori/SC, Miguel Ângelo Gobbi, “é importante estar preparado para o avanço tanto tecnológico como de gestão de mercado. Será indispensável qualificação profissional e amplo conhecimento do produto para se tornar ou se manter líder em cada região”, pontificou.

Os encontros foram iniciados em 11 de março, na região sul do Estado e terminaram no dia 8 de abril, no Alto Vale do Itajaí.

Convidados: participaram dos eventos secretários regionais, prefeitos e vice-prefeitos, deputados estaduais e vereadores, empresários e demais lideranças da sociedade civil organizada.



ARARANGUÁ E CRICIÚMA - 11 DE MARÇO

Saúde e infraestrutura, dois dos maiores pleitos da região

Eventos em Araranguá e Criciúma reuniram secretário regional, deputados, prefeitos, vereadores, empresários e associados da Adjori/SC para discutir temas de interesse das comunidades catarinenses

A Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina – Adjori/SC iniciou no dia 11 de março a série de encontros regionais em diferentes locais do Estado.

Em Araranguá, o evento, que teve como anfitrião o vice-presidente da Regional Extremo-Sul, Valmoci de Souza, resultou numa grande interação entre os jornais e os gestores públicos e possibilitou levantar os principais desafios de 2013. Os prefeitos presentes ao encontro apontaram duas grandes preocupações: queda no repasse do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e a possibilidade

de um recuo no recolhimento do IPTU, principal imposto municipal, diante das dificuldades financeiras da população.

Na oportunidade, os deputados estaduais José Milton Scheffer (PP) e Manoel Mota (PMDB) solicitaram apoio da imprensa do interior para duas importantes áreas de interesse do Estado: Saúde e Infraestrutura. O deputado José Milton chamou atenção para a campanha Saúde +10, criada com o objetivo de recolher assinaturas para transformar em Lei a obrigatoriedade de repasse, pelo Governo Federal, de 10% do Produto Interno Bru-

to (PIB) para a Saúde. Já Mota salientou a importância da aplicação de recursos financeiros, pelo Governo Estadual, na obra da rodovia Interpraia, no sul do Estado, que poderá gerar grande movimentação turística na região.

Presenças – Além dos dois parlamentares, estiveram presentes a esta reunião o secretário Regional, Heriberto Afonso Schmidt; os prefeitos de Balneário Arroio do Silva, Evandro Scaini, e de Sombrio, Zenio Cardoso; o presidente da Câmara de Praia Grande, Manuel Melo; e o vere-

ador de Araranguá, Geraldo Mendes. Todos ressaltaram o valor da imprensa local, “que traduz a voz e o olhar do povo, promovendo o desenvolvimento das cidades do interior”.

Jornais – Participaram do encontro proprietários e diretores dos jornais de Maracajá/Forquilha (Volta Grande), Araranguá (Impresso do Vale), Passo de Torres (Nortesul), Turvo (Jornal do Sul), Balneário Arroio do Silva (Gazeta do Arroio) e São João do Sul (Informativo Regional).

Em Criciúma, o encontro aconteceu na Associação dos Municípios da Região Carbonífera - AMREC, e contou com a presença de empresários, que reforçaram a importância da imprensa local na valorização dos seus empreendimentos. Destacaram, também, o papel fundamental dos jornais, que falam diretamente com a comunidade, no apoio às iniciativas voltadas às questões sociais, como combate à violência e ao uso de drogas.

Jornais - Participaram do evento jornais de Criciúma (A Palavra, A Realidade, Folha dos Municípios), de Cocal do Sul (Jornal Atual) e de Urussanga (Jornal Panorama), associados da Adjori/SC. A coordenação dessa etapa coube ao jornal A Palavra.





BRAÇO DO NORTE E TUBARÃO - 12 DE MARÇO

Infraestrutura e Pacto Federativo encabeçam debates

Lideranças políticas pediram mais agilidade na execução de obras em rodovias estaduais que ligam municípios da microrregião de Tubarão

Vereadores, secretários e jornalistas presentes ao encontro realizado pela Adjori/SC em Braço do Norte elegeram a Infraestrutura como a principal demanda dos municípios da região sul de Santa Catarina. “É preciso o apoio da imprensa local para as soluções de problemas na infraestrutura da região”, disse o chefe de gabinete da prefeitura de Braço do Norte, André Luis Ricken.

Assim como o deputado estadual Manoel Mota (PMDB) levantou essa

bandeira no evento em Araranguá, as lideranças políticas da região de Braço do Norte falaram sobre a necessidade da organização de uma campanha mais efetiva em defesa da destinação de recursos do Governo do Estado para o setor de obras, principalmente nas rodovias que ligam municípios da microrregião de Tubarão.

Segundo o anfitrião do encontro e proprietário do jornal Folha, Fernando Freitas, será importante a união dos meios de comunicação regionais

para se definir ações que garantam retornos financeiros comprometidos com as necessidades de cada região.

Tubarão

Em Tubarão, o evento foi realizado na sede da Amurel (Associação dos Municípios da Região de Laguna) e teve como anfitrião o vice-presidente da Regional Sul da Adjori/SC, Fabiano Bordignon, proprietário do jornal O Esporte. O encontro cumpriu seu objetivo de escutar governantes e debater ações junto aos meios de comunicação do interior, em prol da comunidade catarinense. O prefeito de Capivari de Baixo, Moacir Rabelo da Silva (PP), suscitou um importante debate, o do formato do Pacto Federativo, que não permite um retorno

justo de recursos aos municípios.

Jornais – Presentes jornais com sede em Braço do Norte (Folha O Jornal), Armazém (Regional Sul), Tuba-

rão (Nossa Folha, O Esporte), Capivari de Baixo (JVC Regional), Jaguaruna (Folha Regional) e de Paulo Lopes (Jornal de Paulo Lopes).



BRUSQUE - 14 DE MARÇO

Saúde, Educação e Assistência Social ganham destaque

Parlamentares e chefes do Executivo Municipal pedem apoio da imprensa para chamar atenção sobre problemas - e soluções - das comunidades catarinenses

O não credenciamento de alguns hospitais de Santa Catarina pelo SUS foi um dos questionamentos feitos pelo deputado Serafim Venzon (PSDB) durante encontro da imprensa com lideranças políticas em Brusque.

O parlamentar alegou que muitos hospitais do interior que têm condições de realizar procedimentos de média e alta complexidade não estão credenciados, o que obriga os pacientes a se deslocarem para a Capital em busca de atendimento pelo serviço público. “A ambulancioterapia está virando onibusterapia tal o volume de pessoas que chegam a Florianópolis para se tratar”, lamenta Venzon.

No evento promovido pela Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina - Adjori/SC, no Sindicato do Ves-

tuário - Sindvest, o deputado também pediu o apoio da imprensa para questões da assistência social. Segundo ele, essa é uma área que tem uma verba expressiva, mas faltam projetos, como os destinados a crianças e adolescentes no extraturno escolar, que poderiam evitar o aumento da criminalidade e consumo de drogas nessa faixa de público.

Boas Práticas - Já o prefeito de Brusque, Paulo Exccel (PT), ao destacar a importância da imprensa do interior, sugeriu que fossem mais divulgadas as boas práticas, tanto de gestores públicos como da própria comunidade, presentes nos municípios catarinenses. “Essas iniciativas poderiam servir de exemplo para outras cidades”, justificou Exccel.

Da mesma forma, o diretor-geral da





Secretaria de Desenvolvimento Regional de Brusque, Valdir Wilke, conclamou os associados da Adjori/SC a empunhar a bandeira da Educação. “É grande a necessidade de se resgatar valores e de se promover uma grande campanha pela melhoria na educação pública, não só em Santa Catarina como em todo o país”, acentuou ele.

Em seu pronunciamento, o vice-prefeito de Camboriú, José Rodrigues Pereira (PSDB), enalteceu o papel da imprensa local como elo entre os gestores públicos e a comunidade. “Sem uma imprensa séria, como a que temos em nosso município, dificilmente as pessoas ficariam sabendo sobre as ações da prefeitura”, disse ele, ressaltando que as demandas da comunidade que são apontadas pelo jornal são uma referência para a ação municipal. A mesma opinião foi manifestada pelo prefeito



de Guabiruba, Matias Kohler.

Presenças - Também marcaram presença o secretário de Comunicação e o diretor de Comunicação do município de Brusque; jornalistas; assessores parlamentares e assessores de prefeituras da re-

gião; vereadores; o diretor da Uniasselvi, Paulo André Wagner; proprietários dos jornais Linha Popular, de Balneário Camboriú; e do jornal Em Foco, responsável pela organização do evento em Brusque.



BLUMENAU - 14 DE MARÇO

Lideranças reconhecem a força dos jornais do interior

Líderes empresariais e políticos destacaram a importância da mídia do interior como protagonista nas suas comunidades

A imprensa é porta-voz da comunidade, cumprindo o importante papel de dar credibilidade e transparência aos atos dos governos. Por isso, precisa ser forte e atuante. Essa foi a tônica do encontro promovido pela Adjori/SC no auditório da 15ª Secretaria de Desenvolvimento Regional, em Blumenau. O objetivo do evento, cujo anfitrião foi o Jornal Metas, de Gaspar, foi dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pela Associação a representantes dos governos Municipal e Estadual e à classe empresarial. O secretário de Estado de Comunicação, Nelson Santiago, disse que a mídia do interior tem um peso muito grande para o governo Raimundo Colombo, tanto editorial quanto de investimentos em publicidade, e que o objetivo é

buscar uma aproximação ainda maior. Segundo ele, a democratização da verba publicitária, iniciada no governo Luiz Henrique da Silveira e que teve prosseguimento no governo Colombo, foi uma decisão acertada, porém, a partir de agora o trabalho da SECOM será de avaliação quanto à qualificação dos veículos. “Queremos conhecer os veículos e os seus conteúdos informativos com relação à qualidade da informação que está sendo prestada aos catarinenses; os jornais do interior precisam cumprir o papel de protagonistas nas cidades em que atuam”, afirmou o secretário. Santiago finalizou reconhecendo a força do jornalismo local que, segundo ele, será cada vez mais importante no processo de aprimoramento da comunicação.

Para Cesar Botelho, secretário da 15ª SDR, os jornais do interior são um instrumento valioso de divulgação dos atos do governo, pois conseguem atingir mais diretamente a comunidade. “Existe uma maior identificação do público leitor com o jornal da cidade”, opinou.

Falando em nome do empresariado, o presidente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau, Ronaldo Baumgarten Jr., destacou a importância do associativismo, que deixa as classes mais unidas e fortes. “É só assim que seremos o ‘rolo compressor’ de ações que o Estado merece”, enfatizou. O líder empresarial ainda convocou todos os donos de jornais para participarem de fato do associativismo. “Se envolvam e discutam, pois quem faz seus negócios crescerem são vocês”.

O prefeito de Gaspar e presidente da Federação Catarinense dos Municípios (FECAM), Pedro Celso Zuchi, lembrou que os governantes precisam dar credibilidade aos seus atos, e a imprensa é o principal canal de comunicação. Zuchi

criticou o fato de que leis são feitas no Congresso Nacional sem consulta alguma aos prefeitos para saber se terão condições de cumpri-las. “As leis são mal feitas e os governos precisam de um canal de comunicação para que isto chegue aos nossos parlamentares em Brasília”.

O presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar, José Hilário Melato, disse que o momento é oportuno para uma interação maior entre imprensa e governos,

e reconheceu a dificuldade do Legislativo em se comunicar com a comunidade. “O Legislativo carece de uma maior divulgação dos seus atos e gostaríamos de contar muito com os jornais locais”, observou.

Jornais: presentes ao encontro jornais com sede em Apiúna (Cabeço Negro), Ascurra (Parole), Blumenau (Die Zeitung e Jornal Nitro), Gaspar (Jornal Metas), Pomerode (Jornal de Pomerode e Testa Notícias) e Timbó (Café Impresso).



PALMA SOLA - 20 DE MARÇO

Pujança da região oestina é destaque no encontro

Evento aconteceu no auditório do Show Agrícola e reuniu associados da Adjori/SC e gestores públicos dos 18 municípios da AMEOSC

A força da agroindústria no extremo-oeste e uma das melhores safras de grãos dos últimos anos foram os destaques mencionados pelo prefeito de Palma Sola, Domingo Locatelli, no encontro da imprensa local com lideranças políticas, promovido no dia 20 de março, em Palma Sola.

O evento aconteceu no auditório do Show Agrícola, megaexposição de produtos e serviços destinados aos mais variados segmentos do agronegócio, que se realiza anualmente em Palma Sola. Estavam presentes gestores públicos das 18 prefeituras que in-

tegram a AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo-Oeste de Santa Catarina.

Locatelli destacou que, além da boa safra, os preços da soja e do milho têm sido compensadores e têm resultado na melhoria do poder aquisitivo da população local. Reforçou que os gestores públicos devem buscar o bem-estar das comunidades e que, diante da queda de receita e da falta de recursos para atender todas as demandas, é preciso eleger prioridades. “E as prioridades são Saúde, Educação, Transporte e Bem-Estar Social”, asseverou.





Oito jornais da região extremo-oeste marcaram presença no encontro

Na oportunidade, a Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina – Adjori/SC apresentou algumas de suas iniciativas em direção ao fortalecimento e aprimoramento da imprensa local.

Atualmente, a Adjori/SC conta com 189 associados que juntos circulam em praticamente todos os 295 municípios catarinenses, com uma tiragem somada de cerca de 600 mil exemplares e perto de três milhões de leitores.

Presenças – marcaram presença jornais com sede nas cidades de Abelardo Luz (O Falcão), Dionísio Cerqueira (Jornal da Fronteira), Itapiranga (Força d'Oeste), Maravilha (O Líder), Palma Sola (Sentinela do Oeste), São Lourenço do Oeste (Destaque Regional), São Miguel do Oeste (Folha do Oeste e O Líder).



CONCÓRDIA - 21 DE MARÇO

Jornais impressos e on-line dominam a pauta

Participantes do encontro ressaltaram a necessidade de as empresas jornalísticas atuarem bem nas duas mídias, que têm, em geral, públicos bastante distintos

Em Concórdia, o encontro realizado no dia 21 de março, na Câmara de Dirigentes Lojistas, reuniu jornais com sede em Concórdia, Irani, Itá, Piratuba e Seara e lideranças ligadas à SDR de Concórdia, prefeituras e Câmaras de Vereadores. Dentre as questões debatidas, ganhou destaque a dobradinha jornal impresso e on-line, e o desafio de atuar bem nas duas mídias, que têm, em geral, públicos bastante distintos.

“O jornal impresso garante credibilidade ao conteúdo on-line. Ao mesmo tempo, um jornal-on-line atraente e informativo acrescenta os conceitos de modernidade, agilidade e contempora-

neidade à empresa jornalística que edita o impresso”, afirma Wagner Bee, assessor da SDR de Concórdia e estudioso das novas mídias. Mesmo reconhecendo a força do meio virtual, “para a assessoria de comunicação dos órgãos públicos, o jornal impresso continua com inestimável valor”, atestou o jornalista e assessor de comunicação, Clélio Del Piaç.

Jornais: participaram proprietários e diretores de jornais com sede em Concórdia (Diário do Oeste, O Imparcial), Irani (Olho Mágico), Itá (Jornal Sentinela), Piratuba (Jornal Comunidade) e Seara (Folha Sete).



Santa Catarina é a unidade da Federação brasileira com maior taxa de adesão ao cooperativismo. As 254 cooperativas associadas à Organização das Cooperativas do Estado (Ocesc) reúnem, em seu conjunto, um milhão 600 mil famílias.

Juntas, geraram receitas totais da ordem de R\$ 20 bilhões, contribuindo para elevar a qualidade de vida de amplos setores da sociedade catarinense.

Essas organizações humanas, inspiradas em princípios da conjugação de esforços com objetivos econômicos, podem provocar mais mudanças e transformações – de forma pacífica e criativa – do que qualquer revolução.

O papel das cooperativas como coadjuvantes das comunidades municipais deve ser um aspecto relevante para os legisladores na formulação de um novo **Pacto Federativo**.



**Sindicato e Organização das Cooperativas
do Estado de Santa Catarina**

Av. Almirante Tamandaré, 633 - Capoeiras | CEP:
88080-161 Florianópolis - SC | Telefone: (48) 3878-8800
www.ocesc.org.br



LAGES - 22 DE MARÇO

Jornais são um impulso ao desenvolvimento

Como ocorreu em todos os encontros, após o debate com autoridades e personalidades convidadas, a Adjori/SC expôs às equipes dos jornais associados as novas possibilidades de aprimoramento e inovação

Com grande entusiasmo, Elizeu Mattos (PMDB) falou sobre os desafios de seu primeiro mandato como prefeito da maior cidade do Planalto Serrano no evento que reuniu cerca de vinte jornalistas e proprietários de jornais associados da Adjori/SC, no dia 22 de março, em Lages.

Disse que são muitas as demandas e os problemas a resolver, “mas se não fosse assim não iriam precisar de mim lá na prefeitura”, brincou.

Enumerou as várias oportunidades de avanços econômicos para a cidade e região e disse que o ex-governador, e hoje senador Luiz Henrique da Silveira, estava certo ao proclamar “Nós somos a frontei-

ra do desenvolvimento”.

Assim como o presidente da Câmara dos Vereadores de Lages, Anilton Freitas, o prefeito Elizeu Mattos destacou o valor da imprensa local. Disse que é um trabalho de grande importância para as comunidades, “e mesmo quando o jornal faz crítica é muito bom, pois assim chama a atenção do governante”, afirmou.

Presenças – Participaram do encontro proprietários e colaboradores dos jornais que têm sede em Anita Garibaldi (Correio dos Lagos); Correia Pinto (Jornal Nossa Terra); Lages (Jornal da Fruta, O Momento, Serra Catarinense e Vitrine Lageana), Otacílio Costa (Correio Otaciliense) e São Joaquim (Jornal da Serra).

A valorização da imprensa, inclusive pelas críticas que faz aos gestores públicos, ganhou destaque no encontro que reuniu jornais com sede nas principais cidades do Planalto Serrano



PALHOÇA - 28 DE MARÇO

Lideranças cobram mais envolvimento da sociedade

Dificuldade de mobilização é o grande calo da região, alegam empresários presentes no encontro com a imprensa da Grande Florianópolis

A necessidade de uma participação mais ativa da sociedade em busca de soluções para os problemas da comunidade e mesmo em defesa de bandeiras nacionais, como moralidade pública, foi a tônica do encontro promovido pela Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina - Adjori/SC no dia 28, em Palhoça. O evento reuniu lideranças e a imprensa local, proporcionando um proveitoso debate sobre os desafios de 2013 e as principais demandas das comunidades.

“Temos problemas enormes aqui em Palhoça, em função de favelas e bolsões de pobreza que foram se formando ao longo dos últimos trinta

anos, por conta do crescimento da Capital e das cidades do entorno, mas há uma dificuldade muito grande de participação social”, lamentou o diretor da CDL de Palhoça, Luiz Otávio Baasca. Ele acredita que a sociedade deve fazer a sua parte e eleger suas demandas, lutar por elas, se organizar e ir em busca de seus direitos. Igual opinião foi manifestada pelo presidente da Associação Empresarial de Palhoça, Cláudio Hoeller de Souza. Ambos reconheceram que os jornais locais são extremamente importantes nesse processo de estimular a participação da sociedade “Quando temos a imprensa ao nosso lado, a mobilização é maior”, atestou o presidente da ACIP.





Prefeito – Sem uma decisão da Justiça Eleitoral àquela altura sobre quem deveria assumir a prefeitura de Palhoça, foram convidados para participar do encontro o prefeito interino, o presidente do Legislativo Municipal; o vereador Nirdo Artur Luz Pitanta; e os dois possíveis futuros prefeitos: Camilo Martins, do PSD, e Ivon de Souza, do PSDB. Os dois primeiros tinham compromissos na mesma data e não puderam comparecer. Ivon de Souza disse estar presente “como cidadão e se pronunciou sobre os desafios da cidade de Palhoça, listando algumas situações que poderiam resultar em economia para o município e mais verba para investimento nas carências da população local.

Presenças - O encontro, que teve



como anfitrião Alexandre João da Silva, do Jornal Palavra Palhocense, vice-presidente da Regional da Grande Florianópolis da Adjori/SC, contou também com a presença dos jornais

Primeira Folha e Jornal Comunitário, ambos de Palhoça; Jornal A Malaguetta, de Laguna; Jornal de Paulo Lopes, de Paulo Lopes; Jornal Nosso Povo e O Grande Jornal, ambos de Imbituba.

O Programa Nova Economia está fazendo nascer uma Santa Catarina ainda mais forte e competitiva.

O Governo de Santa Catarina promove uma série de iniciativas que estão mudando a história de muitos catarinenses em todos os municípios.

São ações que levam qualificação, crédito e oportunidades a jovens, trabalhadores e empresários, gerando mais renda e empregos em todo o estado.



POLOS INDUSTRIAIS

4 mil empregos
gerados e 30 mil mantidos



**ECONOMIA VERDE
E SOLIDÁRIA**

1.420 beneficiados
e R\$ 20 mi investidos



CENTROS DE INOVAÇÃO

11 centros
em 11 municípios



INDÚSTRIA SC

+ de 20.000
empregos gerados no
último ano*



GERAÇÃO TEC

3.600
capacitações realizadas

*Fonte CAGED



JURO ZERO

22.000

concessões de crédito para o
microempreendedor individual



**DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL**

14.000

empreendedores atendidos

Nova Economia.

Mudando a história dos catarinenses.

Acesse o site e conte sua história.

voarmaisalto.com.br



RIO DO SUL - 8 DE ABRIL

Em defesa do voto distrital e da unificação das eleições

Tais mudanças trariam ao país uma substancial economia de recursos, observaram os participantes do encontro

O 11º encontro de lideranças políticas com a imprensa local, promovido pela Adjori/SC no dia 8 de abril, em Rio do Sul, focou no tema do momento: a unificação das eleições para cargos públicos. Unanimemente, a plateia, formada por proprietários, diretores e colaboradores de jornais associados à Adjori/SC e as autoridades presentes, defendeu a unificação das eleições como um caminho importante a ser seguido pelo país. “Uma eleição a cada dois anos faz com que todo ano se viva em clima eleitoral”, ponderou o prefeito reeleito de Agronômica,

José Menegatti (PMDB), na ocasião representando o presidente da Amavi - Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí, Hugo Lembeck, prefeito de Taió, e demais chefes do Executivo Municipal do Alto Vale.

Menegatti lembrou que essa bandeira, levada à frente por seu correligionário, senador Luiz Henrique da Silveira, traria ao país uma substancial economia de recursos, mas, principalmente, evitaria que os trabalhos, tanto do Legislativo como do Executivo, fossem conduzidos pela ótica eleitoral. Apesar de beneficiado pelo atual

sistema político que permite a reeleição, ele defende o mandato único e de cinco anos, como vem pregando LHS, que já ganhou um poderoso aliado no Estado, a Federação das Indústrias.

Ideias - Em relação à possibilidade do eleitor se confundir com tantos nomes para digitar na urna – Presidente, Governador, Prefeito, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador - a sugestão veio da plateia. Wilson Guse, do jornal A Coluna, propôs eleição no sábado e no domingo. “O debate traz boas ideias, elogiou Menegatti, lembrando, porém, que a bandeira da unificação das eleições deve ser levantada pela classe política como um todo, não apenas por uns poucos. “A sociedade tem que se envolver e exercer seu papel pressionando a classe política em defesa de seus interesses”, acrescentou Ailton Coelho, assessor de Comunicação da SDR de Ibirama, representando no evento o secretário Regional Roberto Ferrari.

Voto distrital - Outro aspecto da Reforma Política que conquistou apoio dos presentes ao evento foi o voto distrital na eleição para o Legislativo. “Cada região deve eleger representantes de sua região”, proclamou Aurio Gislson, do jornal O Riossulense, anfitrião do encontro, alegando que “essa é uma forma de a população estar mais perto desse parlamentar – seja deputado estadual ou federal – cobrando iniciativas em benefício da população da região”.

Outros proprietários e diretores de jornais associados endossaram a observação e lembraram o fato da região de Blumenau, que tem forte peso na composição do Produto Interno Bru-



to (PIB) catarinense, ter fraca representação parlamentar. Comentou-se, também, que o Alto Vale do Itajaí deu a um parlamentar de Chapecó votação até mais expressiva do que sua própria base.

Papel da imprensa - A importância dos jornais do interior também foi destacada no evento. Odenir Felizari, assessor parlamentar do deputado Jailson Lima (PT), e que já comandou a prefeitura de Rio do Oeste, reiterou o valor da imprensa como documento histórico. “O registro do meu mandato está na imprensa local”, disse ele. Odenir transmitiu à Adjori/SC e aos jornais presentes os cumprimentos do parlamentar petista.

O assessor de imprensa da prefeitura de Rio do Sul, Rafael José Beling, também fez grandes elogios à imprensa local e assinalou a receptividade das ações do Governo Municipal. Disse que, em pouco mais de três meses de mandato, o prefeito Garibaldi Antônio Ayroso já havia sido motivo de mais de 220 matérias na imprensa local.

Credibilidade - Tanto o prefeito Menegatti como os assessores reiteraram a necessidade de serem distinguidos os jornais sérios, que têm compromissos com a comunidade, daqueles oportunistas que aparecem apenas em momentos eleitorais. O presidente da Adjori/SC, Miguel Gobbi, ressaltou as iniciativas da Associação que visam dar mais credibilidade às publicações editadas no Estado. Citou o Cadastro Catarinense de Jornais (CCJ), criado em parceria com a Fundação Catarinense de Cultura, que certifica a regularidade de circulação dos jornais editados em território catarinense, e cujas edições são arquivadas na Biblioteca Pública Estadual.

Jornais - participaram do evento na Amavi, jornais com sede nas seguintes cidades: Apiúna (Cabeço Negro), Ituporanga (A Comarca, Jornal Vale Sul), Lontras (Jornal Regional), Rio do Campo (A Tribuna do Vale), Rio do Sul (A Cidade; Bella Aliança, O Riossulense), Videira (A Coluna, A Tribuna) e Timbó Grande (Timbo-grandense).



Congresso da Adjori/SC é discutido em Bombinhas

Evento reuniu diretoria e conselheiros da entidade na Pousada Vila do Coral

Diretores, vice-presidentes e conselheiros da Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina reuniram-se nos dias 18 e 19 de maio na Pousada Vila do Coral, em Bombinhas, para consolidar a programação do 41º Congresso Estadual da Adjori/SC, marcado para 28 a 30 de junho, em Itapema.

Foi definida uma extensa pauta de trabalhos, com oficinas de Redação, In-Design e Clínicas de Edição Gráfica e Sistemas. Também ficou acertada a realização de três grandes painéis, comandados por expressivas personalidades, além de palestra do senador Luiz Henrique da Silveira, sobre o tema Inovação e Tecnologia na Comunicação, na abertura do evento. Ainda na programação do Congresso, a entrega do Prêmio Adjori/SC de Jornalismo, que em sua 14ª edição

recebeu mais de 400 inscrições, com 54 jornais disputando a premiação.

Outros temas - A manutenção de cursos de capacitação e aprimoramento dos jornais filiados ganhou unanimidade dos presentes. Foi proposto que o Conselho de Ética atue também na avaliação da qualidade gráfica e editorial dos jornais, recomendando melhorias às publicações que não se enquadram nos padrões mínimos exigidos para os filiados à entidade. Novas regras de filiação também foram sugeridas para apreciação dos associados, em Assembleia Geral a ser realizada durante o encontro estadual.

O encontro foi organizado pelos diretores Manfredo Goede (Jornal de Pomerode) e José Roberto Deschamps (Jornal Metas).

Presenças - Participaram do even-

to, além da diretoria executiva - Miguel Gobbi (presidente); Manfredo Goede (vice-presidente); Áurio Gislon (1º secretário); José Roberto Deschamps (1º tesoureiro) - os vice-presidentes regionais Ademir Belotto (Meio-Oeste); Décio Pandolfi (Oeste); Fabiano Bordignon (Sul); Valmoci de Souza (Extremo-sul); Alexandre Bonfim da Silva (Grande Florianópolis). Também compareceram Hélio Westphal, João Paulo Ferreira, Wilson Guse e Clemir Schmidt - todos do Conselho de Ética, além de Elisângela Schulka, do Conselho Fiscal. Da equipe da Adjori/SC participaram do encontro Rita de Cássia Lombardi (Diretoria Institucional); Fernando Bond (Editorial); Jéferson de Rocco e Márcio Manoel da Silva (Administrativo) e Vitor Hugo de Carvalho (Núcleo de Negócios).

Filiação ao IVC é destaque no evento em Curitibanos

Lideranças da imprensa local, de diferentes regiões do Estado, reuniram-se no Hotel Gaboardi

A Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina – Adjori/SC reuniu a diretoria executiva, vice-presidências regionais e membros do Conselho de Ética e do Conselho Fiscal, no dia 18 de agosto, em Curitibanos.

O principal tema do encontro do colegiado foi a filiação do primeiro grupo de jornais da Adjori/SC ao IVC - Instituto Verificador de Circulação, o mais respeitado órgão de verificação de circulação do país. Marco Aurélio de Souza, gerente de auditoria de impressos do IVC, expôs as condições do convênio entre a Adjori/SC e o Instituto, que permitirá custos diferenciados aos jornais associados para a filiação ao IVC. Segundo ele, a substancial redução no

custo só foi possível graças aos sistemas de controle e à farta documentação que a Adjori/SC já dispõe sobre seus associados.

A auditoria - para chancela do IVC - será feita para as publicações que têm circulação paga (assinantes) e também para os que têm distribuição gratuita.

Também foram discutidos o calendário de cursos de atualização e aprimoramento dos jornais associados e a programação do Congresso Estadual da Adjori/SC, agendado para junho de 2014, na cidade de Itá.

Os participantes do evento foram recepcionados pelo proprietário do jornal A Semana, Hélio Westphal, anfitrião do encontro.

Presenças - Diretoria executiva: Miguel Gobbi (presidente); Manfredo Gode (vice-presidente); Áurio Gilson (1º secretário); José Roberto Deschamps (1º tesoureiro)

Vice-presidências: Ademir Pedro

Belotto (vice-presidente do Meio Oeste); João Carlos Dias (vice-presidente do Alto Vale); Ralf Biegging (vice-presidente do Litoral Norte); Alexandre João B.da Silva (vice-presidente da Grande Florianópolis); Fernando de M. Freitas (vice-presidente do Sul); Valmoci Jesus de Souza (vice-presidente do Extremo-Sul); Sergio Pinheiro (vice-presidente do Planalto Serrano)

Conselho Fiscal: Leopoldo Barentin; José Carlos Wollmann; Sérgio Antonio Elias

Conselho de Ética: Hélio Westphal; Ângelo Marcelo Schulka; Clemir Schmidt

Convidados: Márcia Daniel Tonet (Folha do Oeste); Tatiane Padilha e Márcio Mangueroski Perret (Jornal Extra); Lisete Hartmann (A Fonte); Felipe Schuler (Folha Diário)

Equipe da Adjori/SC: Fernando Bond; Jéferson de Rocco, Márcio Manoel de Oliveira, Rita de Cássia Lombardi





Agência de Notícias é tema de encontro em Caçador

Diretores e editores de jornais associados participaram do evento no Hotel Esplanada

Cerca de 70 diretores e editores de mais de 30 jornais associados à Adjori/SC reuniram-se nos dias 26 e 27 de outubro, no Hotel Esplanada, em Caçador, para tratar da consolidação da Agência Adjori de Jornalismo, do processo de inscrição dos associados no IVC – Instituto Verificador de Circulação e de outros assuntos estratégicos para a entidade. Os profissionais de imprensa, vindos de diferentes regiões do Estado, foram recebidos pelo diretor do jornal Extra, Moacir D’Agostini, anfitrião do encontro.

Nova etapa - no evento, foram tomadas decisões a respeito das novas etapas e da consolidação da Agência Adjori de Jornalismo, criada para fornecer matérias jornalísticas para os 190 associados e também para receber e redistribuir as reportagens, entrevistas e notícias dos próprios associados. Este trabalho, iniciado em janeiro, está centralizado na Redação da Agência, em Florianópolis. Além de ser distribuído aos jornais associados, o material noticioso produzido pela Agência é postado no portal da entidade (www.adjorisc.com.br) e

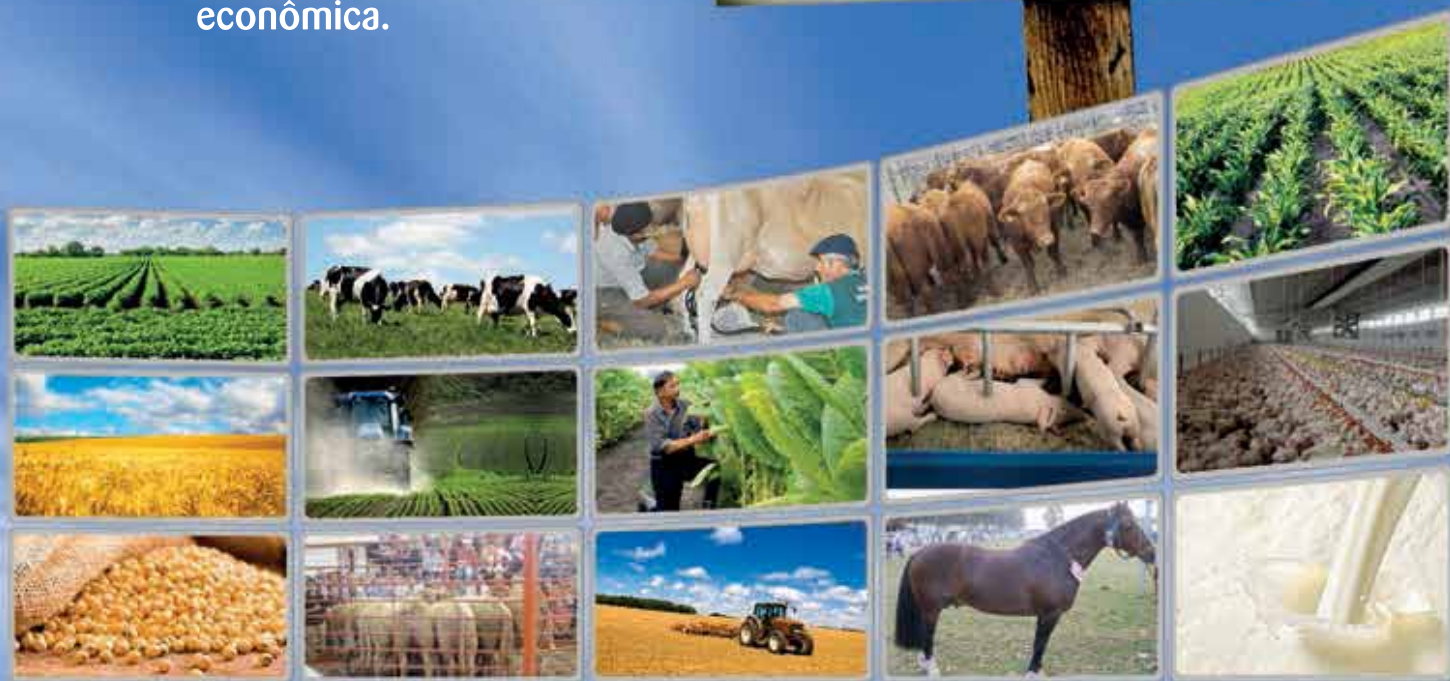
também divulgado na página semanal da Rede Catarinense de Notícias (RCN), veiculada por mais de 50 jornais, com mais de 120 mil exemplares e 800 mil leitores em todas as regiões de Santa Catarina.

“A Agência Adjori de Jornalismo é o grande fator de integração dos nossos jornais por meio da Notícia e da Ação Editorial”, disse o presidente da entidade, Miguel Gobbi, logo após o encerramento da grande reunião com diretores e editores, que contou com uma apresentação do diretor editorial da Adjori, jornalista Fernando Bond.

AGRICULTURA E ASSOCIATIVISMO

Âncoras do desenvolvimento de Santa Catarina

A agricultura e o agronegócio respondem por quase 40% da economia catarinense. E o sindicalismo rural representa a mobilização humana que constrói essa imensa riqueza cultural e econômica.



Fonte de conhecimento

O maior encontro da imprensa local catarinense reuniu, de 28 a 30 de junho, no Itapema Plaza Resort, mais de 300 proprietários, diretores e colaboradores de 80 jornais associados





Informação de qualidade

Durante três dias, palestras, painéis, oficinas e clínicas transmitiram as tendências na comunicação impressa e on-line

Mais de 300 proprietários, diretores e colaboradores de 80 publicações filiadas à Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina participaram do 41º Congresso Estadual da Adjori/SC, maior encontro da imprensa local catarinense, realizado em Itapema, de 28 a 30 de junho.

Da solenidade de abertura participaram figuras ilustres, como a reitora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Roselane Neckel; o reitor da UDESC, Antonio Heronaldo de Souza; os senadores Paulo Bauer e Luiz Henrique da Silveira; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli; o deputa-

do estadual Reno Caramori; os secretários de Estado, Nelson Santiago, da Comunicação, e Antonio Gavazzoni, da Fazenda; além do prefeito da cidade anfitriã, Rodrigo Costa, e de lideranças de entidades de classe.

Pronunciamentos - Todos os pronunciamentos ressaltaram a importância dos jornais do interior e do trabalho realizado pela Adjori/SC. Roselane declarou que quer maior aproximação da Universidade Federal com a Associação, para levar adiante projetos de capacitação dos jornais nas áreas de redação, edição gráfica e tecnologia da informação. Em palestra, o senador Luiz Henrique reforçou

que “o global se apoia no local” e “o jornal não deve brigar com a internet e sim se valer dela”.

Pauta Técnica - Três grandes painéis dominaram as plenárias. O primeiro, “As entidades organizadas da Sociedade Civil e sua relação com os jornais locais”, foi mediado pelo jornalista Marcos Bedin e teve como debatedores representantes de federações ligadas à Indústria, ao Comércio, ao Turismo e a Serviços. O tema “A notícia como matéria-prima para multiplataformas” foi abordado pela então coordenadora-geral de relações com a imprensa regional da Presidência da República, Magda Lúcia Dias; pela equipe da Secom-SC: o secretário Nelson Santiago, a gerente de imprensa Jacqueline Iansen, o diretor de Novas Mídias, João Debiasi. A coordenadora de imprensa da Alesc, Tayana Oliveira, também participou do painel mediado pela jornalista Tereza Cruvinel.

Interesse do mercado - O caloroso debate sobre o mercado publicitário e a imprensa do interior foi mediado pelo presidente do CENP (Conselho Executivo de Normas Padrão), Caio Barsotti. Participaram o presidente da Abap-SC (Associação Brasileira das Agências de Propaganda – seccional Santa Catarina), Daniel Araújo; o secretário Nelson Santiago; o presidente da Adjori/SC, Miguel Gobbi; e o presidente do IVC, Pedro Silva.

IVC - Ao final do painel, a Adjori/SC e o IVC assinaram carta de intenções com o objetivo de estimular a filiação de adjorianos ao Instituto Verificador de Circulação. .

Palestras e oficinas - Também constou da programação do 41º Congresso palestras, oficinas e clínicas, promovidas paralelamente às atividades em plenário, e que transmitiram as tendências na comunicação impressa e on-line, além de apresentação de cases de sucesso.

Amigo da Adjori



Durante a solenidade de abertura, o secretário da Fazenda, Antonio Gavazzoni, foi homenageado com o troféu Amigo da Adjori, conferido a personalidades que se destacam pela atuação em prol do fortalecimento da imprensa local catarinense. Gavazzoni recebeu o troféu das mãos do presidente da Adjori/SC, Miguel Gobbi, que ressaltou o papel decisivo do então presidente da Celesc para a manutenção dos débitos na conta de luz das assinaturas de jornais. Gobbi salientou, também, que, no atual posto, Gavazzoni continua se empenhando para o êxito da Adjori/SC e de seus associados.

Direto do Japão



O governador Raimundo Colombo participou da abertura do evento, falando, ao vivo, diretamente do Japão. Em missão oficial, que foi acompanhada pelo diretor editorial da Adjori/SC, Fernando Bond, o governador saudou e parabenizou os congressistas, reforçando a importância dos jornais do interior para a manutenção dos princípios democráticos e o desenvolvimento das comunidades catarinenses. Disse que, não fosse seu compromisso internacional, estaria presente em tão grandioso evento.





Abertura técnica

O painel “As entidades organizadas da Sociedade Civil e sua relação com os jornais locais”, mediado pelo jornalista Marcos Bedin, também abordou o assunto do momento, à época: as manifestações populares que ganharam as ruas do país em junho de 2013.

No debate (da esq. para a dir): Samuel Koch, presidente da ABIH; Sérgio Medeiros, presidente da FCDL; Miguel Gobbi, presidente da Adjori/SC; Mário César de Aguiar, vice-presidente da Fiesc e Alcides Andrade, vice-presidente da Fampesc.

Abertura solene

Pronunciamento do presidente da Adjori/SC, Miguel Gobbi, e de personalidades presentes ressaltaram a história de trabalho, de evolução, de qualificação e, especialmente, de comprometimento dos jornais do interior com a informação que chega a leitores e internautas.

Além do senador Luiz Henrique da Silveira, também fizeram uso da palavra o secretário de Estado da Fazenda, Antonio Gavazzoni; a reitora da Universidade Federal de Santa Catarina, Roselane Neckel; o prefeito de Itapema, Rodrigo Costa; o secretário de Estado da Comunicação, Nelson Santiago; o então presidente da Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli, e o reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina, Antonio Heronaldo de Souza.



Na palestra de abertura, o senador Luiz Henrique da Silveira defendeu a descentralização como forma de governo e como forma de informação.

Painel Redação

No debate mediado pela jornalista Tereza Cruvinel (ao centro, com microfone) ficou claro que os governos Estadual e Federal, assim como o Parlamento catarinense, têm especial interesse no que é notícia no interior e fazem esse acompanhamento pelos meios digitais. Participaram do painel: a coordenadora de imprensa da Alesc, Tayana Oliveira; o diretor de Novas Mídias da Secom-SC, João Debiassi; o secretário da Comunicação, Nelson Santiago; a então coordenadora-geral de relações com a imprensa regional da Presidência da República, Magda Lúcia Dias; e a gerente de imprensa da Secom-SC, Jacqueline Iansen.



Painel Publicidade

A auditoria da circulação de jornais do interior pode sensibilizar governos, agências e anunciantes a investir mais consistentemente na mídia regional. Foi o que mostrou o painel mediado pelo publicitário Caio Barsotti, presidente do CENP (Conselho Executivo de Normas Padrão).

Debateram: o presidente da ABAP (Associação Brasileira de Agências de Publicidade) de SC, Daniel Araújo; o secretário Nelson Santiago, o presidente do IVC (Instituto Verificador de Circulação), Pedro Silva; e o presidente da Adjori/SC, Miguel Gobbi.

Carta de intenções

O presidente da Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina- Adjori/SC, Miguel Ângelo Gobbi, e o presidente do IVC, Pedro Silva, assinaram carta de intenções visando promover esforços para filiação de associados da Adjori/SC ao mais respeitado órgão verificador de circulação do país.

Palestras

Não se deve confundir linha editorial com posição político-partidária, bem lembrou o professor Tomás Barreiros na palestra “O papel do editor”.

As colunas não podem ser desfiles de egos, alertou Tereza Cruvinel, no bate-papo sobre Colunismo, uma das atividades paralelas do 41º Congresso da Adjori/SC.

Observação, Entrevista, Documentação, Pesquisa, Recheagem e Números não podem faltar, ensinou o professor Sílvio Melatti na palestra “Os ingredientes da Reportagem”.

Jornais devem incorporar novas ferramentas para atender a um público cada vez mais conectado, recomendou o executivo da IBM Brasil, Paulo Castro, na palestra “Como a tecnologia pode influenciar e ajudar as empresas jornalísticas”.



Clínicas

Clínica comandada pela Suíte Sistemas mostrou a cada um dos interessados os softwares destinados ao mercado editorial, nas áreas de Circulação, Comercial, Editorial e Diagramação, e gerenciamento e conteúdo na Web.

O atendimento personalizado para orientar profissionais do jornal sobre melhoria gráfica foi monitorado pela professora e mestre Genilda Oliveira de Araújo, que tinha na equipe um designer gráfico e dois graduandos.



Cases

Quatro jornais associados – Folha do Oeste, de SMOeste; Jornal Metas, de Gaspar; Palavra Palhocense, de Palhoça, e Folha - O Jornal, de Braço do Norte – apresentaram seus cases de sucesso, promovendo a troca de boas experiências nas mais diversas áreas de atuação das empresas jornalísticas.



Oficinas

É preciso mudar a mentalidade das equipes de Redação e aprimorar suas dinâmicas de trabalho para produzirem conteúdos multimídia, recomendou o professor Rafael Hoff na Oficina sobre Jornalismo Multiplataforma.

A missão de ensinar como extrair o máximo do InDesign ficou a cargo de Johny Acosta, que usou todo o sábado para mostrar os recursos dessa ferramenta de diagramação.





**Contrate um
Profissional da
Engenharia e
Agronomia
EXIJA a A.R.T.**

**A MARCA DA
RESPONSABILIDADE**



CREA-SC
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Santa Catarina

Flash



Auditório lotado na abertura do Congresso



José Roberto, Miguel Gobbi, deputado Caramori, Manfredo, Moacir e deputado Ponticelli



Roselane Neckel, reitora da UFSC



Evento reuniu mais de 300 proprietários, diretores e colaboradores de 80 jornais



Senador Paulo Bauer



Daniel Araújo, Caio Barsotti, Nelson Santiago, Miguel Gobbi e Pedro Silva



Gavazzoni, Sérgio Medeiros, Mário César de Aguiar, Luiz Henrique e Miguel Gobbi



Bedin comandou o painel de abertura



Personalidades de destaque participaram da abertura solene do 41º Congresso



José Augusto Gayoso e Angelo Schulka



Inúmeras autoridades prestigiaram a abertura solene realizada no dia 28 de maio



Nelson Santiago e João Debiassi

Palco iluminado

Efficiente ferramenta de estímulo ao aprimoramento dos jornais associados, o Prêmio Adjori/SC de Jornalismo já se consagrou como o maior concurso jornalístico de Santa Catarina e entre os maiores do país





OS NÚMEROS DA EDIÇÃO

54 JORNAIS
INSCRITOS

73 JURADOS

19 TRABALHOS
ACADÊMICOS

100 MATERIAIS
PUBLICITÁRIOS

287 PRODUÇÕES
JORNALÍSTICAS

20 SITES

**PRÊMIO ADJORI/SC
DE JORNALISMO
TROFÉU PENA DE OURO**



Em solenidade realizada no Hotel Plaza Itapema, em Itapema, na noite de 29 de junho, foram revelados os vencedores da 14ª edição do Prêmio Adjori de Jornalismo - Troféu Pena de Ouro, considerado o Oscar da imprensa catarinense.

A cerimônia de premiação integrou a programação do Congresso Estadual da Adjori/SC, que nesta sua 41ª edição contou com grandes personalidades do meio político, acadêmico e empresarial.

Os números da edição - Na 14ª edição do Prêmio Adjori de Jornalismo, 54 jornais disputaram premiação. Foram inscritos 406 trabalhos, sendo 19 na Área Acadêmica, 100 materiais publicitários e 287 produções jornalísticas. Vinte sites concorreram ao Pena de Ouro de Novas Mídias.

Jornal Metas, de Gaspar, conquistou o quarto Pena de Ouro consecutivo do Jornalismo. O Metas levou também o Pena de Ouro de Novas Mídias pelo melhor Site. O Pena de Ouro da Publicidade foi conquistado pelo jornal A Semana, de Curitiba. A premiação máxima (Pena de Ouro) é conferida ao jornal que soma a maior pontuação

considerando-se os quesitos de suas respectivas categorias.

Comissão julgadora - Jornalistas, publicitários, professores, mestres e doutores integraram o júri da premiação. Ao todo, 68 profissionais, especialistas em suas áreas de atuação, avaliaram os trabalhos inscritos.

Presenças - Participaram do jantar de premiação cerca de 450 pessoas, entre congressistas e convidados. Jornalistas, professores e publicitários, membros da comissão julgadora do prêmio, prestigiaram a entrega de troféus.

Confira ao lado os vencedores em cada um dos quesitos. No Jornalismo, os jornais são divididos em dois grupos: no Grupo 1, estão os jornais diários, os bi e os trissemanais; no Grupo 2, os semanários e os de demais periodicidades. Na Área Acadêmica, dois trabalhos obtiveram nota máxima e garantiram troféu.



Os destaques da edição 2013

Área Acadêmica

Ednei Kmp e Patrícia Cristiane Schmauch, da Ielusc, com o trabalho Caracol: projeto experimental da categoria mídia impressa.

Darlaine Maila Klegien, também da Ielusc, com a obra Webdocumentário: reflexões sobre uma nova narrativa jornalística.

Publicidade

Anúncio de Equipe - Folha Diário, Videira

Campanha de Equipe - Jornal Metas, Gaspar

Anúncio de Agência - A Semana, Curitibaanos, com Agência Gad'Red

Campanha de Agência - Palavra Palhocense, Palhoça, e Agência Sambba

Jornalismo

Apresentação Gráfica - Jornal Metas, Gaspar; e FolhaSete, Seara

Charge - Folha Diário, Videira; e Palavra Palhocense, Palhoça

Coluna ou Crônica - Jornal Metas, Gaspar; e Pauta da Semana, Herval d'Oeste

Editorial - Folha do Oeste, São Miguel do Oeste; e Jornal Vale Oeste, Taió

Fotografia - Jornal Metas, Gaspar; e Força do Oeste, Itapiranga

Projeto Especial - Folha Diário, Videira, e Correio do Norte, Canoinhas

Reportagem Livre - Jornal Metas, Gaspar; e Jornal de Pomerode

Reportagem Pautada - Gazeta Catarinense, São Miguel do Oeste; e A Semana, Curitibaanos

Os melhores do ano

Jornalismo

Pena de Ouro - Jornal Metas, Gaspar

Pena de Prata - Folha Diário, Videira

Pena de Bronze - Linha Popular, Camboriú

Publicidade

Pena de Ouro - A Semana, Curitibaanos

Pena de Prata - Jornal de Pomerode

Pena de Bronze - Jornal Metas, Gaspar

Novas mídias

Pena de Ouro - Jornal Metas, Gaspar

Pena de Prata - A Semana, Curitibaanos

Pena de Bronze - Folha do Oeste, São Miguel do Oeste



Menção honrosa: dos 54 jornais inscritos, 28 foram finalistas em

Jornal	Cidade	Categorias
A Coluna	Fraiburgo	Apresentação Gráfica
A Palavra	Criciúma	Apresentação Gráfica, Fotografia
A Semana	Curitibanos	Projeto Especial, Anúncio de Equipe do Jornal. Campanha de Agência
Correio do Norte	Canoinhas	Coluna ou Crônica, Site
Correio Otaciliense	Otacílio Costa	Site
Diário do Planalto	Canoinhas	Editorial, Fotografia
Expresso do Oeste	Palmitos	Fotografia
Folha Diário	Videira	Apresentação Gráfica, Coluna ou Crônica, Reportagem Livre
Folha do Oeste	São Miguel do Oeste	Reportagem Pautada, Charge ou Ilustração
Folha do Vale	Braço do Norte	Coluna ou Crônica
Folha Regional	Jaguaruna	Site
FolhaSete	Seara	Reportagem Livre
Gazeta Catarinense	São Miguel do Oeste	Coluna ou Crônica, Anúncio de Agência, Anúncio de Equipe do Jornal
Imprensa do Povo	Pinhalzinho	Campanha de Equipe do Jornal



uma ou mais categorias nesta 14ª edição do concurso

Jornal	Cidade	Categorias
Jornal A Semana	Capinzal	Fotografia
Jornal de Pomerode	Pomerode	Apresentação Gráfica, Coluna ou Crônica, Projeto Especial, Campanha de Agência, Campanha de Equipe do Jornal
Jornal Destaque	Ituporanga	Coluna ou Crônica, Charge ou Ilustração
Jornal do Médio Vale	Timbó	Site
Jornal Expressão	Itapiranga	Coluna ou Crônica
Jornal Metas	Gaspar	Editorial, Projeto Especial, Reportagem Pautada, Charge ou Ilustração, Anúncio de Agência
Jornal Nitro	Blumenau	Editorial
Jornal Novoeste	Maravilha	Reportagem Livre
Jornal Perfil	Rio Negrinho	Fotografia
Jornal Razão	Tijucas	Reportagem Pautada
Linha Popular	Camboriú	Editorial, Reportagem Pautada, Reportagem Livre, Charge ou Ilustração
O Riossulense	Rio do Sul	Projeto Especial
O Riossulense	Rio do Sul	Anúncio de Agência
Palavra Palhocense	Palhoça	Coluna ou Crônica

Diretoria eleita para o biênio 2013-2015

A diretoria executiva e os vice-presidentes regionais da Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina - Adjori/SC foram formalmente empossados durante a solenidade de entrega de troféus do 14º Prêmio Adjori/SC de

Jornalismo - Troféu Pena de Ouro. A eleição aconteceu em Assembleia Geral realizada horas antes da abertura do 41º Congresso Estadual da Adjori/SC, no Hotel Plaza Itapema, em Itapema.

O empresário do setor de comuni-

cação Miguel Ângelo Gobbi, proprietário do jornal Folha do Oeste, de São Miguel do Oeste, foi reeleito para novo mandato de dois anos na presidência da Associação. Gobbi também preside a Adjori-Brasil.

Eleitos para o biênio 2013-2015

Presidente: Miguel Ângelo Gobbi, Folha do Oeste, de São Miguel do Oeste

Vice-presidente: Manfredo Goede, Jornal de Pomerode, de Pomerode

1º Secretário: Áurio Gislon, jornal O Riossulense, de Rio do Sul

2º Secretário: Fabiano Luiz Bordignon, jornal O Esporte, de Tubarão

1º Tesoureiro: José Roberto Deschamps, Jornal Metas, de Gaspar

2º Tesoureiro: Moacir D'agostini, Jornal Extra, de Caçador

Vice-Presidências Regionais e seus titulares

Regional Extremo-oeste: Jairo Miguel, jornal Novoeste, de Maravilha

Regional Oeste: Décio Carlos Pandolfi, jornal FolhaSete, de Seara

Regional Meio-oeste: Ademir Pedro Belotto, jornal A Semana, de Capinzal

Regional Vale do Itajaí: João Paulo Ferreira, Jornal de Navegantes, de Navegantes

Regional Alto Vale: João Carlos Dias, Jornal Regional, de Lontras

Regional Norte: Elisangela Schulka, jornal Diário de Riomafra, de Mafra

Regional Litoral Norte: Ralf Biegging, Jornal do Comércio, de Balneário Piçarras

Regional Grande Florianópolis: Alexandre João da Silva, jornal Palavra Pa-

lhocense, de Palhoça

Regional Sul: Fernando de Freitas, jornal Folha do Vale, de Braço do Norte

Regional Extremo-sul: Valmoci Jesus de Souza, Jornal Nortesul, de Passos de Torres

Regional Planalto Serrano: Sergio Pinheiro, jornal Correio Otaciliense, de Otacílio Costa



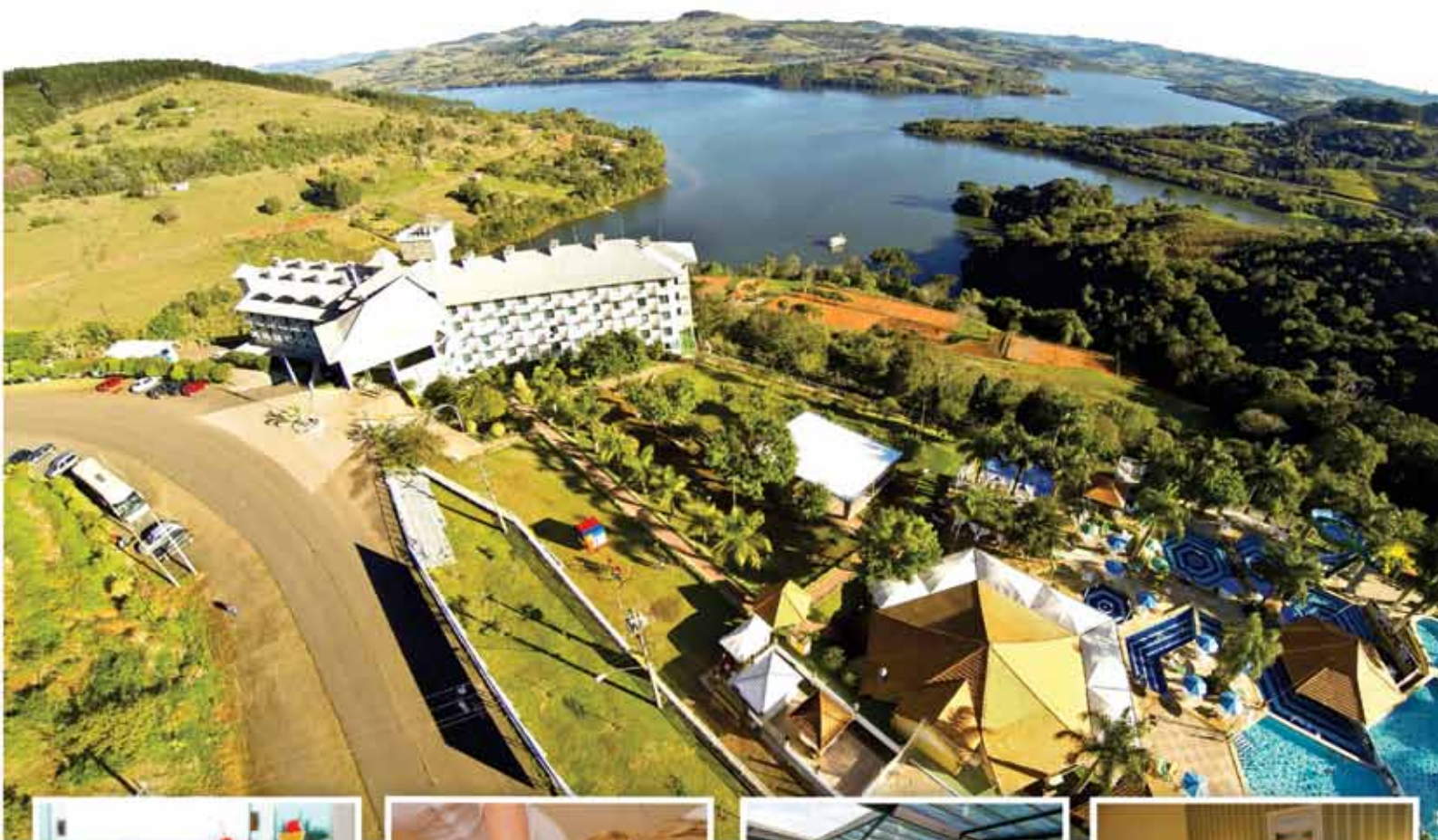


itá thermas
resort e spa

42º CONGRESSO ADJORI

06 A 08 DE JUNHO DE 2014
Itá - Santa Catarina

Estamos aguardando você para este grande evento.



CENTRAL DE RESERVAS
0800 643 9200

Telefone 49 3458 9200
reservas@itathermas.com.br
www.itathermas.com.br

Rodovia SC 466 - Km 72 - Bairro Lago Azul - **ITÁ - SANTA CATARINA**

CONCURSOS JORNALÍSTICOS

6º Prêmio Fatma de Jornalismo

Filiados da Adjori vencem etapas regionais

Profissionais de dois jornais impressos filiados à Adjori SC foram vencedores das etapas regionais, tornando-se finalistas da sexta edição do Prêmio Fatma de Jornalismo, promovido pela Fundação do Meio Ambiente, com o apoio da empresa Tractebel Energia. Daiane Fernandes e Fernando Silva, da Folha O Jornal, disputaram com a reportagem Os contrastes do Rio Braço do Norte. Outro finalista foi Aurio Gislson, do jornal O Riossulense, com a reportagem Agricultura no Alto Vale do Itajaí. A cerimônia de entrega da premiação ocorreu no dia 19 de dezembro, na sede da Associação Catarinense de Imprensa (ACI).

No total, foram 116 trabalhos inscritos, veiculados entre 1º de junho de 2012 e 30 de setembro de 2013, divididos em três categorias, abrangendo dez regiões de Santa Catarina conforme atuação da Fatma. Categoria impressos: regionais de Tu-

barão, Concórdia, Rio do Sul, Lages, Canoinhas, Chapecó, Joinville, Blumenau, Itajaí e Florianópolis. Categoria Mídia Eletrônica: regionais de Itajaí, Joinville, Chapecó, São Miguel do Oeste, Tubarão e Rio do Sul. Na categoria Internet houve apenas premiação estadual. O primeiro e o segundo colocado de cada grupo receberam, respectivamente, R\$ 5 mil e R\$ 2 mil.

Conforme o presidente da Fatma, Gean Loureiro, o Prêmio busca estimular o interesse da imprensa na divulgação das ações de desenvolvimento sustentável. O objetivo, diz ele, é reconhecer a contribuição dos jornalistas na divulgação de assuntos relacionados à preservação do meio ambiente. Loureiro revela que muitas medidas só causam efeito quando são amplamente divulgadas à população através da mídia. “O objetivo do prêmio é esse: jornalistas buscando um conhecimento maior a respeito de questões pertinentes à área ambiental, com matérias que trazem retorno para a sociedade”, disse o presidente da Fundação.

Associados

Aurio Gislson, do jornal O Riossulense, de Rio do Sul, explica que a reportagem Agricultura no Alto Vale do Itajaí demorou cerca de três meses para ser produzida. A matéria expõe a diversidade da agricultura naquela região, evidenciando a produção familiar. A série destaca ainda questões ligadas ao associativismo, à agroecologia e às agroindústrias familiares. O veículo já foi finalista em outras duas edições do Prêmio.

Daiane Fernandes e Fernando Silva, da Folha O Jornal, de Braço do Norte, disputaram o Prêmio com a reportagem Os contrastes do Rio Braço do Norte. Os dois jornalistas percorreram os 37 quilômetros de extensão do Rio Braço do Norte, entre os municípios de Braço do Norte e Santa Rosa de Lima. A intenção, dizem eles, foi mostrar a realidade do manancial, que faz parte da bacia do Rio Tubarão, apresentando depoimentos de famílias ribeirinhas que acompanham a evolução das modificações do local.



Lançamento do Prêmio

O coquetel de lançamento da 6ª edição do Prêmio Fatma de Jornalismo Ambiental aconteceu na Associação Catarinense de Imprensa (ACI, Centro de Florianópolis). O prêmio Fatma é patrocinado pela Tractebel Energia e conta com a parceria da Associação de Diários do Interior (ADI), Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori), Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert), Sindicato dos Jornalistas e da Fábrica de Comunicação.



Vencedores Estaduais

Mídia Impressa

1º lugar – Geraldo de Cesaro – Uma série – Meio Ambiente e os desafios de Santa Catarina para o Brasil de 2020 – Notícias do Dia – Florianópolis

2º lugar – Fernanda Ribas, Cleisi Soares, Aline Fialho – Caderno de Prevenção – Jornal de Santa Catarina – Blumenau

Menção Honrosa - Kiara Domit, Darci Debona, Claudia Nunes, Pablo Gomes, Jacson de Almeida (Edição) – Rumos de SC– Diário Catarinense – Florianópolis

Menção Honrosa - Jeferson Cioat-

to e equipe – Incêndio em São Francisco do Sul – Diário Catarinense – Florianópolis

Menção Honrosa - Giovana Kindlein – Caderno Caminhos da Natureza – Notícias do Dia

Mídia Eletrônica

1º lugar – Marina Petri, Beto Espercot, André Rodrigues Santos, Dilson Grahl – Expedição Puma – RBS TV – Blumenau

2º lugar – Tony Borges – Energia Sustentável – Ric TV Record – Florianópolis

Menção Honrosa - Emanuel Soares – Desembargados – CBN Diário

Internet

1º lugar – Gabrielle Vivian Bittelbrun – Pesquisa liderada por UFSC dá um panorama de vida marinha no país – Diario.com.br

2º lugar – Giovana Kindlein – Meio Ambiente – Exploração do gás de xisto põe em risco os aquíferos – Portal Economia - SC

Menção Honrosa - Luiza Fregapani Silva – Papagaio-de-peito-roxo e Araucárias são preservados em parque no Oeste – G1 - SC





CONCURSOS JORNALÍSTICOS

Prêmio Fiesc de Jornalismo 2013

Texto, Audiovisual e Destaque Acadêmico são premiados

A Federação das Indústrias de Santa Catarina premiou os vencedores do Prêmio Fiesc de Jornalismo edição 2013 nas categorias Audiovisual, Texto e Destaque Acadêmico em evento promovido na sede da Federação, no dia 29 de novembro.

A reportagem “Ewel - Indústria de Esmaltados”, de Larissa Schmidt, Fabio Cardoso, Faroni Mendes, Eliane Camolesi e Raquel Andrade, veiculada na Globo News, foi contemplada na categoria Audiovisual. Na mesma categoria, Eduardo Cristófoli (RBS TV - Chapecó) recebeu menção honrosa pela reportagem “Geração Empreendedora”.

Na categoria Texto, Dagmara Spautz foi vencedora com a reportagem “Um

oceano de oportunidades”. A equipe composta por Simone Kafruni, Daisy Trombetta, Darci Debona, Pablo Gomes, Danilo Duarte, Larissa Guerra, Janaina Cavalli, Charles Guerra, Sirli Freitas, Guto Kuerten, Júlio Cavalheiro, Flavio Neves, Renato Nascimento, Fernando Ferrary e Alessandra Ogeda recebeu menção honrosa pela série “SC Potência Econômica”, publicada pelo Diário Catarinense.

A reportagem de Francisca Nery e Paula Salvador, vencedora na categoria Destaque Acadêmico, foi “Inventores brasileiros enfrentam burocracia”.

Os vencedores de Audiovisual e de Texto foram contemplados com R\$ 15 mil cada, e as estudantes que receberam o prêmio Destaque Acadêmico ganharam um tablet iPad 4.32 Gb.

A Comissão Julgadora foi composta pelo jornalista Hélio Ademar Schuch, o

economista Flávio Lopes Perfeito – representando o Conselho Regional de Economia (Corecon/SC), o jornalista Carlos Stegemann – representando a Associação Catarinense de Imprensa (ACI), o jornalista e pesquisador de Comunicação, Aldo Antônio Schmitz e o jornalista Valmor Fritsche, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina.

Lançamento do Prêmio

A edição de 2013 foi lançada na Associação Catarinense de Imprensa (ACI), em Florianópolis, com a presença de representantes das principais entidades da comunicação do Estado e da direção do Sistema Fiesc. A premiação é voltada a profissionais e acadêmicos de jornalismo e tem o objetivo de reconhecer o trabalho de pesquisa, divulgação de dados e reportagens sobre a indústria catarinense.

REUNIDAS ON-LINE. EMBARQUE RUMO AO SEU DESTINO EM APENAS UM CLIQUE.

COMPRA SEM SAIR DE CASA, PELA INTERNET.

Muito mais praticidade, segurança e agilidade para você viajar. Acesse www.reunidas.com.br, compre sua passagem e boa viagem.



ECONOMIZE TEMPO E DINHEIRO

- Acesso rápido e fácil navegação
- Ambiente virtual 100% protegido
- Pagamentos parcelados com cartão de crédito



www.reunidas.com.br

REUNIDAS EXPRESS. O MELHOR DESTINO PARA SUA ENCOMENDA.

O serviço de transporte da Reunidas Express é uma solução eficiente, rápida e confiável para empresas, instituições e para você enviar sua encomenda, que pode chegar ao destino até no mesmo dia. Acesse o nosso site, consulte as cidades atendidas em toda a região Sul do Brasil e conte com o profissionalismo e segurança da Reunidas.



IDEAL PARA: AUTOPEÇAS | CARTÓRIOS | COMÉRCIO EM GERAL | SETOR INDUSTRIÁRIO | CLÍNICAS MÉDICAS E ODONTOLÓGICAS | DESPACHANTES ADUANEIROS E DO DETRAN | EMPRESAS EXPORTADORAS | INSTITUIÇÕES DE ENSINO | ÓRGÃOS PÚBLICOS | PROFISSIONAIS LIBERAIS | INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS | PÚBLICO EM GERAL.

www.reunidas.com.br





CONCURSOS JORNALÍSTICOS

2º Prêmio Fenabreve de Jornalismo

O Fiat Uno foi para Daiana Rose Brocado, da TV Litoral Panorama, de Balneário Camboriú, e a moto Honda para Juliana Dalla Porta, da RIC Record, de Itajaí

A cerimônia de abertura do 6º Congresso Estadual Fenabreve-SC na noite de 21 de novembro foi marcada pela divulgação e premiação dos vencedores do 2º Prêmio Fenabreve de Jornalismo. Também foram homenageados os catorze finalistas do concurso, que este ano registrou mais de cem trabalhos inscritos nas categorias Impresso, Web, Rádio, TV e Especial (série de reportagens em

qualquer meio).

Vencedores

1º lugar impresso: Kelly Erdmann - O Correio do Povo - Jaraguá do Sul

1º lugar web e 2º lugar especial: Juliana Soares Dalla Porta - RIC TV - Itajaí

1º lugar rádio: Marcos Andrei Meller - Rádio Peperi - São Miguel do Oeste

1º lugar TV: Paulo José Mueller - RIC TV - Joinville, sucursal Jaraguá do Sul

Os vencedores das categorias Impresso, Televisão, Rádio, Web foram premiados com vales viagens no valor de R\$ 3 mil para cada contemplado.

Categoria Especial

1º lugar especial: Daiana Rose Brocado - TV Litoral Panorama - Balneário Camboriú, premiada com um Fiat Uno - zero Km

2º lugar especial: Juliana Soares Dalla Porta - RIC TV - Itajaí. Levou uma moto Honda zero Km

Comissão julgadora

Aderbal da Rosa Filho - membro do Conselho de Representantes da Federação Nacional dos Jornalistas no Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina

Alina Largura - Delegada, Gerente de Registro e Licenciamento de Veículos do Detran-SC

Angelo Medeiros - Assessor de Comunicação do Tribunal de Justiça de SC



Antônio Cláudio Brasil Gonçalves – Pós-doutor em Novas Tecnologias, Professor do Departamento de Jornalismo da UFSC e com larga experiência em Telejornalismo Internacional

Edinéia Rauta Pagani - Assessora de Comunicação da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina

Fernando Bond – Diretor Editorial da Adjori/SC

Gláucio Gears – Vice-Presidente da Fenabreve Nacional

João Carlos Mendonça Santos - Assessor de Imprensa da Secretaria de Segurança Pública do Estado de SC

João Cavallazzi - Secretário de Comunicação da Prefeitura de Florianópolis

Juraci Perboni - Assessora de Imprensa da Fetranesc (Federação das Empresas de Transportes de Cargas e Logística no Estado de SC)

Mirtes Piovezan – Jornalista do Ins-

tituto Catarinense de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos

Ricardo Leandro de Medeiros – Membro da Comissão de Sinalização e Registro Profissional do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina

Rita de Cássia Lombardi – Diretora Institucional da Adjori/SC

Rita Mazzuchini - Assessora de Comunicação da Fenabreve Nacional

Valmor Fritsche – Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina

Outras atrações

A noite de abertura do congresso, prestigiada pelo deputado Jean Kuhlmann e por lideranças da Fenabreve nacional, também contou com homenagens a empresários, palestra com Cláudio Tomanini, da ESPM/FGV, e entrega do troféu Excelência no Atendimento ao Cliente às concessionárias escolhidas pelos clientes entre as melhores do Estado.

Lançamento do Prêmio

O lançamento da segunda edição do Prêmio Fenabreve - SC de Jornalismo ocorreu no hall da Assembleia Legislativa de Santa Catarina – Alesc. Na oportunidade, o vice-presidente da Fenabreve Nacional, Glaucio Gears, enfatizou no lançamento a importância da educação para o trânsito. Alertou que, equivocadamente, estão culpando os automóveis pelos problemas que enfrentamos atualmente no trânsito.

O 2º Prêmio Fenabreve – SC de Jornalismo tem o patrocínio do Banco Itaú e da Honda e apoio da Associação Catarinense de Imprensa, da Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina - Adjori/SC, do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos – Sincodiv – SC e da Indústria Ambientec.

EVENTOS

Encontro da imprensa catarinense reúne mais de 500 profissionais em Chapecó

Programação incluiu homenagem a personalidades do meio com 50 anos de atuação

O reconhecimento a histórias de vida dedicadas à comunicação, com homenagens a personalidades deste segmento, foi a tônica do 6º Encontro da Imprensa Catarinense, em Chapecó, promovido no dia 3 de agosto, na sede campestre da CDL Chapecó. O evento reuniu mais de 500 profissionais dos meios impresso, radiofônico e televisivo, além empresários, publicitários, relações públicas, acadêmicos e docentes.

A distinção aos profissionais com 50 anos de atividade contemplou o radialista Antoninho da Fronteira, o publicitário Emílio Cerri, o radiodifusor e empresário Mário Petrelli, o jornalista, escritor e historiador Moacir Pereira e o radialista e presidente da Associação dos Cronistas Esportivos de Santa Catarina, J. B. Telles. A professora Ilka Margot Goldschmidt também foi homenageada pela Associação Catarinense de Imprensa (ACI).

A programação incluiu homenagem institucional da ACI para a professora Ilka Margot Goldschmidt, pré-lançamento da 19ª Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó 2013, almoço de confraternização, sorteio de brindes e show musical.

Prestigiaram o evento o secretário de



O presidente da Adjori/SC, Miguel Gobbi, entregou a homenagem a Emílio Cerri

Agricultura de Santa Catarina e presidente da CCO da Efapi, João Rodrigues; o prefeito de Chapecó José Caramori; os deputados Gelson Merísio, Marcos Vieira e Luciane Caminatti; o presidente da Câmara de Vereadores Marcio Sander, secretários municipais e lideranças políticas e empresariais. O presidente da Adjori/SC, Miguel Gobbi, também marcou presença.

O 6º Encontro da Imprensa Catarinense foi organizado pela Associação Catarinense de Imprensa (ACI) e MB Comunicação Empresarial/Organizacional, com apoio da Câmara de Dirigentes Lojistas de Chapecó, com coordenação geral do diretor regional Marcos Antonio Bedin e supervisão do presidente da ACI, Ademir Arnon.

Apoios - O evento contou com apoio da Coopercentral Aurora Alimentos,

Sindicato das Indústrias da Carne e Derivados de SC (Sindicarne), Associação Catarinense de Avicultura (ACAV), Ambev (Brahma), Sebrae, Unoesc, Faesc, Sicredi, Apti Alimentos, Sinduscon, Unimed, Arcus, Badalotti Materiais de Construção, Coopervil, Mercomóveis, Acic, Havan, Finco Alimentos, Hotel Lang, Lupa Segurança, R3 Propaganda, Alfa e Difrisul. E apoio institucional da Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (ACAERT), Associação dos Jornais do Interior do Estado de SC (ADJORI/SC), Associação dos Jornais Diários de SC (ADI), Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Estado de Santa Catarina (SINDEJOR), Sindicato das Agências de Propaganda de SC (SINAPRO/SC), Sindicato dos Jornalistas Profissionais de SC e Panela da Imprensa de Chapecó.



15º Congresso Catarinense de Rádio e Televisão

Com o tema “Cliente: a nossa melhor mídia”, a Acaert promoveu o maior evento da Radiodifusão Catarinense, no Costão do Santinho Resort, em Florianópolis

A Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão - Acaert reuniu radiodifusores, publicitários, radialistas, jornalistas e acadêmicos de Comunicação de 7 a 9 de agosto, no Costão do Santinho Resort, em Florianópolis, no 15º Congresso Catarinense de Rádio e Televisão, o maior evento do segmento no Estado.

O tema: “Cliente, a nossa melhor mídia”, contou com profissionais de veículos de Comunicação e de agências de propaganda do mercado nacional, além de representantes do Ministério das Comunicações e da

Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). Paralelamente ao Congresso, aconteceu a Feira de produtos e serviços da radiodifusão. No dia 9, os holofotes foram reservados à entrega do Prêmio Acaert de Rádio e Televisão, que destaca trabalhos de profissionais das emissoras, agências de propaganda e meio acadêmico. Os vencedores receberam o Troféu Microfone de Ouro.

O jornalista Roberto Cabrini enfatiza a importância dos pequenos veículos de comunicação na entrevista que concedeu à Agência Adjori de Notícias durante o 15º Congresso da Acaert, e ressaltou o papel da imprensa nas comunidades do interior.

“A base do jornalismo, diz Cabrini, está na comunidade, representada pelos pequenos veículos de comunicação”, assinalou.





MÍDIA SUL 2013

Adjori/SC marca presença em um dos mais importantes seminários de Marketing e Comunicação do país

O evento teve como tema “O Futuro da Comunicação”

O trabalho realizado pela Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina (Adjori/SC) em todo o território catarinense foi destaque no Mídia Sul 2013, um dos mais importantes seminários de Marketing e Comunicação do país, realizado nos dias 26 e 27 de setembro, em Florianópolis.

O evento teve como tema “O Futuro da Comunicação”, colocando em debate as atuais e futuras formas de anunciar e compartilhar informações, atualizando os profissionais com palestras ministradas por nomes consagrados no cenário nacional. Além de palestras, o evento

contou com estandes de empresas e entidades ligadas ao meio. A Adjori/SC, uma das apoiadoras do evento, marcou presença com um estande para mostrar os projetos e as realizações da Associação, assim como o seu vasto universo de associados.

Mídia local – O presidente da entidade, Miguel Gobbi, destacou que “sobre as futuras formas de anunciar, que foi um dos temas centrais do Mídia Sul 2013, o mercado está focado na mídia local, aquela que realmente chega de forma direta e impactante ao consumidor, lá na ponta, nos bairros, nas cidades e no campo. É o grande momento do jornal local”, disse Gobbi.

Imbatível - Ele ressalta que “unidos

de forma associativa, os jornais da Adjori se transformam num veículo imbatível de comunicação com o Interior. São 190 jornais associados, com 610 mil exemplares por semana, para mais de três milhões de leitores, chegando a todos os 295 municípios de Santa Catarina”, destacou. Segundo ele, cresce a busca por jornais do interior, e a Adjori vem se preparando cada vez mais e melhor para receber as demandas do mercado.

IVC - Entre essas ações, o presidente da Adjori registrou o ingresso “inédito no país” dos primeiros 20 jornais da entidade no IVC, o Instituto Verificador de Circulação, uma exigência de governos e de grandes anunciantes

nacionais.

Gobbi acentuou que a Adjori/SC, ao longo dos seus 32 anos de existência, foi muito mais longe e agora também é pioneira na produção e distribuição de conteúdos jornalísticos com um formato de agência de notícias, o que integra o Estado pela informação.

Qualidade - O presidente da Adjori acentuou que, em todo o país e especialmente nos grandes centros, as agências de propaganda, os anunciantes e os governos estão querendo investir mais acentuadamente nos veículos locais. “Estão em busca daqueles veículos que têm conteúdos de qualidade e alicerçados na informação local, com base naquilo que acontece e realmente interessa aos 150 milhões de brasileiros que moram no interior”, finalizou.



Vitor Hugo, comercial da Adjori/SC, recepcionou o jornalista Ricardo Kotscho no estande da associação



Álvaro Novaes encerra circuito de palestras do Mídia Sul 2013

O publicitário Álvaro Novaes encerrou o circuito de palestras do Mídia Sul 2013 com o tema “Os garimpos do futuro”, em painel mediado pelo presidente da Ad-jori/SC, Miguel Gobbi. O diretor da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) destacou o período de mudanças que a sociedade enfrenta atualmente. “O que mais interessa nesse momento é olhar positivamente para o futuro”, diz ele. E nesse contexto, lembrou que os jornais do interior, por sua característica local e apoiados por seus portais, “são veículos que representam um futuro”.

Conteúdo - “É preciso observar as alterações graduais da humanidade”, afirmou Novaes. Para ele, o passado deve servir apenas como um parâmetro de avaliação das transformações vivenciadas pela sociedade. Entre as principais mudanças, destacou o que vem ocorrendo com o modelo de produção e consumo de informação, relacionando conteúdo de qualidade com possibilidades de retorno financeiro. Atualmente, diz ele, os conteúdos noticiosos estão sendo pagos por aqueles que os recebem, ocorrendo desta forma uma seleção mais criteriosa pelo leitor/internauta. “Quem busca conteúdo de qualidade pagará por aquilo que julgar interessante”, destacou.

Tecnologia - Novaes afirmou, também, que a tecnologia passará a ser considerada uma necessidade básica da sociedade. Para ele, as ferramentas serão desenvolvidas com base no ser humano, aumentando ainda mais o estímulo gerado pelas ferramentas digitais, que, con-



forme ele explica, alteram fisicamente o funcionamento do cérebro. Com base nesta afirmação, Novaes assegura que, atualmente, um dos reflexos deste novo estímulo cerebral é o processo de ruptura das formas tradicionais de educação.

Celulares - Neste cenário de mudanças, o publicitário citou ainda o uso do aparelho celular como um fator de grande relevância, tendo em vista que o dispositivo passou a integrar inúmeros serviços disponíveis em diferentes plataformas. Observou que, até o final de 2014, metade dos acessos à Rede Mundial de Computadores será feito através de aparelhos celulares. Ganharão força as ferramentas com design simplificado, dando preferência à funcionalidade. Os sites terão inúmeras semelhanças, serão intuitivos e otimizados, integrando um número ainda maior de plataformas de serviços.

Publicidade - Ao dizer que haverá uma revolução na comunicação, Novaes

afirmou que o formato “engessado” do atual modelo de criação publicitária não terá mais valor. Para ele, a comunicação será responsável pela disseminação de ideias e não mais uma simples ferramenta usada para vender produtos. “A publicidade terá formato de conteúdo, fornecendo informação e não impondo o consumo de produtos ou serviços”, destaca.

Novaes, ao encerrar sua palestra, numa perspectiva de futuro, avaliou que as plataformas de mídia serão consideradas uma espécie de extensão do corpo humano, agregando novas possibilidades a partir da “inventividade” humana.

É preciso olhar positivamente para o futuro”

ACI promove prestigiado encontro da imprensa catarinense

A Associação Catarinense de Imprensa (ACI) promoveu no dia 7 de dezembro, no SESC de Cacupé, em Florianópolis, o tradicional encontro de final de ano da imprensa catarinense.

Participaram desse momento festivo, a ministra Ideli Salvatti, o presidente da Assembleia Legislativa, Joares Ponticelli, o secretário de estado da Comunicação, Nelson Santiago, jornalistas da Capital e do interior, além de representantes do trade da comunicação.

O presidente da Alesc salientou que o encontro de final de ano da imprensa catarinense demonstra a união das principais entidades da comunicação, como a ACI, Adjori, ADI e Acaert. “O evento foi marcante porque celebrou a liberdade de imprensa e a união dos jornalistas”, disse Ponticelli.

“Este é o momento em que todos que atuam na imprensa catarinense se encontram para brindar com os colegas a chegada de um novo ano. É uma festa para as famílias, que a cada ano fica mais forte e enche de orgulho esta diretoria”, disse o presidente da ACI, Ademir Arnon.

O encontro teve o apoio da Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC) e o ponto alto foi o sorteio de brindes, oferecidos por parceiros como o Grupo Mueller, de Timbó, que ofereceu uma lavadora de roupas e um fogão, a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis - Acif, que doou uma bicicleta elétrica e Adjori/SC, que ofereceu um tablet.



Personalidades do cenário político estadual e nacional marcaram presença



A photograph of Governor Joares Ponticelli, wearing a dark suit and a patterned tie, leaning over a desk and signing a document. He is wearing a watch on his left wrist and a ring on his right hand. In the background, two other men are standing and observing. One man is older, balding, and wearing a light-colored suit and a yellow tie. The other man is younger, with dark hair and glasses, wearing a dark suit. They are in an office setting with vertical blinds visible in the background.

Um divisor de águas

Em 14 de novembro, o governador em exercício à época, Joares Ponticelli, sancionou lei que reconhece a Adjori como Entidade de Utilidade Pública Estadual, coroando um trabalho de mais de três décadas



“Essa lei terá grande impacto e repercussão na história da Associação e de seus filiados, ampliando ainda mais as possibilidades de avanços da imprensa catarinense, que já é destaque em termos nacionais”

O trabalho de mais de três décadas da Adjori/SC em defesa do fortalecimento da imprensa local catarinense e em prol do interesse coletivo, como a promoção da cultura, da educação e da cidadania, teve a sua máxima consagração em 2013. Em 14 de novembro, o governador em exercício, Joares Ponticelli, sancionou a lei que reconhece a Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina – Adjori/SC como Entidade de

Utilidade Pública Estadual. O ato de assinatura, no Centro Administrativo, foi acompanhado por cerca de trinta jornais filiados à Adjori/SC, vindos de diferentes regiões do Estado.

Em seu pronunciamento, o governador em exercício destacou que “tanto a Assembleia Legislativa, que aprovou o projeto em tempo recorde, quanto o Executivo, que agora sanciona essa lei, demonstram o quanto o poder público catarinense reconhece e respeita esse grande parceiro que é a imprensa”.

Ao elogiar o esforço da Adjori em relação à profissionalização da imprensa do interior de Santa Catarina, Ponticelli disse que essa lei terá grande impacto e repercussão na história da Associação e de seus filiados, ampliando ainda mais as possibilidades de avanços da imprensa catarinense, que já é destaque em termos

nacionais.

Pacto Federativo - Ponticelli aproveitou a oportunidade para pedir o envolvimento da imprensa numa pauta que considera fundamental: a construção de um novo Pacto Federativo. “Os estados e os municípios já não suportam mais arcar com tantas responsabilidades com a concentração do dinheiro nas mãos do poder central”, desabafou. Disse que a imprensa que fala diretamente com o cidadão pode fazer com que a própria sociedade coloque isso em pauta já nas eleições de 2014.

Homenagem – Na oportunidade, a Adjori/SC entregou uma placa de homenagem ao governador interino Joares Ponticelli não apenas por sancionar a lei, mas por ter sido ele, como deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa, o proponente e grande apoiador

dor da iniciativa de declarar a Adjori/SC Entidade de Utilidade Pública Estadual.

“Este é um momento de grande importância para a Associação dos Jornais do Interior de Santa Catarina. A declaração de Utilidade Pública Estadual reconhece o trabalho de mais de três décadas da Adjori/SC em defesa do fortalecimento da imprensa local catarinense e em prol do interesse coletivo, como a promoção da cultura, da educação e da cidadania”, destacou o presidente da Adjori/SC, Miguel Ângelo Gobbi.

Presenças - O ato foi prestigiado pelo secretário de Estado da Comunicação, Nelson Santiago, pelos deputados Ismael dos Santos, Darci de Matos, Jean Kuhlmann, Jorge Teixeira, pelo secretário de Comunicação da Alesc, Deca May, e pelo assessor de imprensa, Julio Cancelier, além de profissionais de imprensa da Capital e do interior.

ADJORI/SC

Fundada em outubro de 1981, a Adjori/SC possui atualmente cerca de 190 publicações associadas. Com tiragem média de três mil exemplares, os jornais locais filiados à Adjori/SC ultrapassam a marca de 600 mil exemplares circulando em praticamente todos os 295 municípios de Santa Catarina, inclusive em Florianópolis. Juntos, somam cerca de três milhões de leitores no Estado, considerando-se a média de cinco leitores por exemplar.

Ao longo dessas mais de três décadas de atuação, a Adjori/SC vem empreendendo inúmeras ações voltadas ao fortalecimento, à capacitação e ao aprimoramento dos jornais locais, sendo responsável, também, por projetos



Ato de assinatura da “Lei Ponticelli”, de valorização da imprensa de Santa Catarina, realizado no Centro Administrativo, contou com a presença de grande número de jornais associados



culturais de valor inestimável para a história da imprensa catarinense. Como parte de sua atuação, a Adjori/SC e seus associados apoiam campanhas e iniciativas voltadas ao bem comum, e por sua importância e credibilidade vem obtendo o reconhecimento do poder público e da sociedade civil.

Reconhecimento - Além de homenagens recebidas pelos jornais através

das Câmaras Legislativas Municipais, a Adjori/SC e seus associados foram distinguidos com a Medalha de Mérito Legislativo – uma das mais importantes honrarias conferidas pelo Parlamento Catarinense a entidades que alcançam notoriedade em suas respectivas áreas de atuação - em sessão solene realizada em novembro de 2007.

A Adjori/SC também foi reverencia-

da pela Assembleia Legislativa pela passagem de seus 20 anos de atuação (outubro de 2001) e em seu Jubileu de Prata (novembro de 2006). Uma dupla honraria - pelos 28 anos de atuação e pelos dez anos do Prêmio Adjori/SC de Jornalismo - aconteceu em novembro de 2009.

Ao completar três décadas de atuação, a Adjori/SC foi mais uma vez homenageada pela Assembleia Legislativa em solenidade promovida em 7 de novembro de 2011.

A Adjori/SC e seus associados também foram agraciados pela Federação Catarinense dos Municípios (Fecam) e pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc).



Na oportunidade, a Adjori/SC entregou uma placa de homenagem ao governador interino Joares Ponticelli



DESAPARECIDA



into

**QUEM AMA, NÃO DEIXA
A ESPERANÇA IR EMBORA.**

Violência contra jornalistas: Adjori Brasil confirma apoio à causa

Em Seminário Internacional promovido pelo Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, a Associação dos Jornais do Interior do Brasil anunciou que vai coletar os registros de violência contra jornalistas que atuam no interior do país

O significativo aumento dos casos de violência contra jornalistas e as medidas necessárias para o combate à impunidade foram apresentados no Seminário Internacional sobre a Violência contra Jornalistas, realizado no dia 21 de outubro, em São Paulo. O evento reuniu organismos internacionais de imprensa, entidades representativas de empresas jornalísticas e de profissionais do setor. Só nos primeiros dez meses de 2013, 38 profissionais tinham sido mortos no exercício da profissão, cinco deles no Brasil.

Painéis - Os quatro painéis apre-

sentados no Seminário foram moderados por Giancarlo Summa, diretor do Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil.

O primeiro deles foi protagonizado pela jornalista mexicana Anabel Hernandez, que fez um contundente pronunciamento sobre a permanente situação de risco a que são expostos os jornalistas que se dedicam a matérias investigativas em território mexicano. Ela mesma vive sob ameaça de morte. Disse que, no México, a sociedade não se conscientizou sobre a gravidade da situação e que, se no Brasil essa consciência não se firmar, pode-se repetir aqui o cenário de violência e cerceamento da liberdade de expressão apresentado em seu país de origem.

Também participaram dos painéis James C. Duff, presidente e CEO do Freedom Forum e do Newseum (Museu da Imprensa) de Washington D.C, que apresentou números mundiais de assassinatos de jornalistas; Celso Schröder, presidente da FENAJ-Federação Nacional dos Jornalistas e da Federação de Jornalistas da América Latina e Caribe; e a advogada Taís Gasparian, sócia do escritório Rodrigues

Barbosa, Mc Dowell de Figueiredo, Gasparian Advogados.

Depoimento - O jornalista Mauri König, que foi vítima de violência policial por suas reportagens investigativas no jornal Gazeta do Povo de Curitiba, fez um depoimento apresentado em vídeo, porque ele estava em Nova York para receber o Prêmio Maria Moors Cabot, a mais antiga distinção internacional de jornalismo, outorgado pela Columbia University.

Observatório - Bruno Renato Teixeira, Ouvidor Nacional de Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República – SNDH/PR, também fez um pronunciamento reforçando o interesse da Secretaria em monitorar os casos de violência “de qualquer espécie” contra os comunicadores. A adoção de políticas públicas em defesa dos profissionais da área e um observatório para acompanhar os casos denunciados de violência aos jornalistas foram medidas defendidas pelas entidades representativas dos profissionais de imprensa.

Propostas - Schröder, da Fenaj, propôs a adoção de um protocolo pelas

Painel reuniu Associações representativas de empresas jornalísticas - ANJ, Abert, Aner e Adjori Brasil

empresas de comunicação que garanta aos profissionais, entre outras questões, seguro de vida, equipamentos, autonomia do repórter para a escolha da pauta e a criação de uma comissão que avalie os enfoques dados às reportagens. “Boa parte das empresas não dá aos seus jornalistas ferramentas para a proteção”, disse

Adjori Brasil

A Adjori Brasil (Associação dos Jornais do Interior do Brasil) integrou o painel com as demais entidades nacionais representativas de veículos de comunicação – ANJ (jornais), Abert (rádio e TV) e Aner (revistas). Representando o presidente da Adjori Brasil, Miguel Gobbi, a jornalista Rita de Cássia Lombardi anunciou o envolvimento da entidade à causa, em âmbito nacional. Disse que a Adjori Brasil, integrada por Adjoris de sete estados (Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Sergipe e



Rondônia) e que representam cerca de 600 jornais associados, vai passar a coletar esses registros de violência contra jornalistas que atuam em cidades interioranas.

“Vamos dar visibilidade a esses casos, trabalhando junto com as demais entidades do setor. Acreditamos que essa exposição pública dos fatos, muitas vezes circunscritos a um pequeno município, vai servir para dar a ver-

dadeira dimensão da violência contra jornalistas em nosso país, não apenas a física, mas a moral, como o cerceamento à liberdade de expressão”, acen-
tuou.

A jornalista estima, também, que essa divulgação massiva, pois vai envolver todas as entidades afiliadas e seus respectivos associados, pode servir também como fator inibidor de novos eventos dessa ordem.

Estatísticas ruins

Com cinco profissionais de imprensa mortos em 2013, o Brasil se tornou o país com o maior número de mortes de jornalistas no exercício da profissão nas Américas. É o que aponta o relatório anual da organização Repórteres sem Fronteiras (RFS), com sede em Paris.

A organização calcula que 114 jornalistas foram feridos desde junho de 2013 por conta dos protestos que emergiram em todo o Brasil. A morte do cinegrafista da TV Bandeirantes, Santiago Ilídio Andrade, durante cobertura de um protesto, em fevereiro de 2014, amplificou o debate sobre a violência contra profissionais de imprensa.



Adjori Brasil traça metas para 2014 em congresso de jornais, no Rio

O XIV Congresso da Adjori/RJ e III Encontro Nacional da Adjori Brasil reuniu jornais do interior de vários estados da Federação no Rio Búzios Beach Hotel

O fortalecimento da Adjori Brasil, a partir do fortalecimento das Adjoris estaduais e de seus associados, foi a tônica do pronunciamento do presidente da Adjori Brasil, Miguel Ângelo Gobbi, no XIV Congresso da Adjori/RJ – Associação dos Diretores de Jornais do Interior do Estado do Rio de Janeiro e III Encontro Nacional da Adjori Brasil, promovido de 8 a 10 de novembro, no Rio Búzios Beach Hotel, no município de Armação dos Búzios, a 190 km da capital fluminense.

Dentre as iniciativas prioritárias para a consolidação da Adjori Brasil, Gobbi ressaltou a formação do Cadastro Brasileiro de Jornais, a criação de uma Operação Comercial Unificada, a elaboração de programas de capacitação e aperfeiçoamento dos jornais associados e o lançamento da Agência de Notícias, para fornecimento de material noticioso aos jornais associados, e do portal da Adjori Brasil.

Gobbi também falou sobre o futuro dos jornais do interior. Categórico, disse que “amparados por associações representativas fortes e atuantes, os jornais do interior têm grande futuro”.



O evento reuniu presidentes, diretores e jornais associados de Adjoris estaduais que, juntas, congregam cerca de 600 jornais associados, responsáveis pela informação que chega diretamente a cerca de dois mil municípios brasileiros.

Lideranças – O presidente da Adjori Rio de Janeiro, Paulo Cesar Caldeira, e o vice, Pablo Sérgio de Freitas, anfitriões do encontro, receberam os congressistas e as demais lideranças das Adjoris estaduais. Marcaram presença: o presidente da Adjori/Paraná, Nilson Pábis; o vice-presidente, Sérgio Jonikaites e o diretor Carlos Ribeiro do Valle; o presidente da Adjori Sergipe, Claudio Vasconcelos; o presidente da Adjori São Paulo, Carlos Baladas. Da Adjori/Santa Catarina participaram, além do presidente Miguel Gobbi, o vice-presidente Manfredo Goede; o 1º tesoureiro, José Roberto Deschamps; a vice-presidente da Regional Norte, Eliângela Schulka; o vice-presidente da Re-



gional Sul, Valmoci de Souza; e Ângelo Schulka, membro do Conselho de Ética.

Apoios – Governo do Estado do Rio de Janeiro, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ, Caixa Econômica Federal, Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios e Rio Búzios Beach Hotel apoiam os eventos, destinados a promover o aperfeiçoamento profissional, a troca de experiências e a união do setor.

Adjori SP promove seu maior encontro em Guararema

Além da pauta técnica, evento contou com apresentação de iniciativas da Adjori Brasil para o fortalecimento das Adjoris estaduais e de seus filiados

Proprietários e diretores de jornais de diferentes regiões do Estado participaram de mais um encontro promovido pela Adjori São Paulo com o objetivo de discutir assuntos de grande interesse para a imprensa local paulista. O evento, realizado no dias 29 e 30 de novembro, contou com a presença do presidente da Adjori Brasil e da Adjori Santa Catarina, Miguel Ângelo Gobbi, e do presidente da Adjori Sergipe, Cláudio Vasconcellos.

Segundo o presidente da Adjori SP, Carlos Baladas, o grande número de participantes no encontro, realizado no Guararema Park Hotel Resort, demonstrou a conscientização dos associados de que a sobrevivência de seus jornais e revistas depende não somente de seus esforços individuais, mas de ações coletivas.

A pauta técnica abordou diversos temas, como a imunidade tributária concedida aos veículos de comunicação pela Constituição Federal, e nem sempre seguida pelas prefeituras em relação ao ISS - Imposto Sobre Serviços.

Adjori Brasil - Miguel Gobbi fez um pronunciamento destacando as iniciativas que a Adjori Santa Catarina vem de-



envolvendo e que podem servir de modelo para as demais Adjoris estaduais.

Em destaque, a formação do Cadastro Brasileiro de Jornais, com todas as informações técnicas e comerciais dos jornais filiados às Adjoris estaduais, proporcionando ao mercado, governos, agências e anunciantes informações detalhadas para a elaboração de planos de mídia. Gobbi ressaltou, ainda, que uma

Operação Comercial centralizada pode dar mais agilidade e eficiência na negociação com o mercado anunciante.

A apresentação do presidente da Adjori Brasil contou com a participação de profissionais da Adjori/SC: os jornalistas Fernando Bond (Diretor Editorial) e Rita Lombardi (Diretora Institucional) e de Márcio de Oliveira, Gerente Administrativo.

As iniciativas de Ação Editorial

■ Agência de Notícias, focada na produção de conteúdo para jornais associados e que se abastece, também, de material jornalístico produzido pelas redações de jornais associados;

■ Rede Catarinense de Notícias, formada por um grupo de jornais que veicula página produzida semanalmente pela Redação da Adjori/SC;

■ Portal da Adjori/SC, já há dez anos no ar, mantém conteúdo noticioso das comunidades catarinenses

e informações institucionais da Adjori e de seus associados. No portal, também são postadas as notícias produzidas pela Agência Adjori de Jornalismo.

Portal da Adjori Brasil - Gobbi apresentou também o portal da Adjori Brasil, que está sendo construído com material noticioso de interesse de estados e municípios, e sendo também uma grande vitrine das Adjoris estaduais e de seus filiados.



23º Congresso da ADJORI/ PR mostra evolução da imprensa do interior

A programação contou com palestras, oficinas e mesas-redondas que abordaram diversos assuntos, desde linhas de financiamento até melhoria de projetos gráficos

O 23º Congresso da Adjori Paraná reuniu cerca de 170 participantes, entre proprietários, diretores e colaboradores de veículos de comunicação associados, além de jornalistas, publicitários, fotógrafos e demais convidados do meio de comunicação. O evento foi realizado em parceria com o Governo do Estado de Paraná, por meio da Secretaria Estadual da Comunicação Social. “Nosso congresso teve nesta edição e na anterior o apoio que buscávamos há anos sem sucesso. Agora temos a garantia de um governo que valoriza a mídia do interior”, enfatizou o presidente da Adjori/PR,

Nilton Pabis.

A programação contou com palestras, oficinas e mesas-redondas que abordaram diversos assuntos, desde linhas de financiamento até projetos gráficos.

“O congresso foi pensado com o intuito de trazer informação e formação não só para os proprietários dos veículos, mas para colaboradores de todas as áreas”, apontou Pabis.

Abertura – Em seu pronunciamento na abertura do evento, o presidente da Adjori Brasil, Miguel Gobbi, que preside a Adjori/SC, destacou a força e o prestígio da imprensa local.

“Vocês são os únicos que retratam o que acontece em suas cidades. Aquilo que representam para a sociedade e o gosto pelo que fazem emocionam”.

O presidente da Adjori do Sergipe, Claudio Vasconcelos, e o vice-presidente da Adjori do Rio de Janeiro, Pablo de Freitas, também prestigiaram o evento, assim como o secretário estadual de Trabalho, Renda e Economia Solidária, Luiz Claudio Romanelli, e o prefeito de Cornélio Procópio, Frederico Alves.

Palestras e oficinas

Com o objetivo de aperfeiçoar e profissionalizar os jornais e revistas do interior do Estado, o congresso trouxe uma série de palestras, oficinas e mesas-redondas. O mercado digital e as tendências da diagramação foram alguns dos temas abordados.

Entre os palestrantes, o congresso recebeu o gerente de mercado da Fomento Paraná, Antônio Mileck, o secretário de Representação do Paraná, Amauri Escudero Martins, e o diretor do jornal catarinense Metas, José Roberto Deschamps.

Em uma mesa-redonda com os donos de jornal, no sábado (21/09), o secretário estadual da Comunicação Social, Marcelo Cattani, garantiu a continuidade do apoio do governo: “O governador Beto Richa nos deu uma missão clara de valorizar e buscar uma política de aproximação com os veículos de comunicação de todas as regiões do Paraná”, proclamou.

O secretário conversou com os proprietários dos veículos sobre o dia a dia das redações e as demandas de cada região, tanto na área da comuni-



cação como nas questões relacionadas à Infraestrutura, Saúde e Segurança. “Queremos ser um canal de ligação entre os veículos e as comunidades, pois a capilaridade e a circulação fazem dos jornais e revistas do interior os melhores veículos para se comunicar com o povo paranaense”, disse Cattani.

Sobrevivência

Com o avanço das mídias digitais, o jornal impresso vai acabar? Esta foi uma questão recorrente no congresso. Se depender dos números da Adjori-PR, a resposta é não.

O crescimento da associação aponta para um cenário otimista: o número de associados e de participantes do congresso aumenta significativamente a cada ano, assim como o número de publicações inscritas no Prêmio Adjori-PR de Comunicação, premiação anual que elege os melhores trabalhos realizados pelos associados em diversas categorias.

“Todos os anos recebemos novos

O mercado digital e as tendências da diagramação foram alguns dos temas abordados

associados. Alguns são jornais novos que estão chegando ao mercado, outros já têm história e se associam em busca de apoio e aperfeiçoamento. Ou seja, isso mostra que a mídia impressa local não vai acabar. Pelo contrário, está expandindo e evoluindo”, concluiu o presidente Nilton Pabis. “O jornal e a revista não morrerão enquanto levarem uma informação de qualidade ao leitor. A mídia de capilaridade dos veículos do interior, que produz conteúdo local exclusivo, sempre terá seu espaço. Afinal, eles trazem o que não sai nas mídias digitais, nem nos grandes jornais”, acrescentou.

Adjori SE realiza prestigiado encontro estadual

Abertura oficial com autoridades e almoço com o Secretário de Estado da Comunicação marcaram a jornada

A associação dos Jornais do Interior de Sergipe – Adjori-SE promoveu, nos dias 21 e 22 de fevereiro, o 1º Encontro Estadual da Adjori Sergipe, reunindo associados das mais diferentes regiões do Estado. Presentes, também, lideranças da Adjori Brasil – Associação Nacional dos Jornais do Interior – integrada por Adjoris dos Estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Sergipe e Rondônia.

O reconhecimento do trabalho desenvolvido pelos jornais que circulam nos mais diferentes municípios do Estado de Sergipe marcou a abertura do evento, realizado no Hotel Real Classic, na Nova Orla da Praia de Atalaia, em Aracaju. Mais de oitenta pessoas, entre autoridades e personalidades convidadas e empresários e profissionais de imprensa ligados a jornais associados à Adjori SE e a outras Adjoris estaduais, prestigiaram a iniciativa.

Todos os pronunciamentos da noite destacaram a importância do jornal local. “É o jornal local que “dá voz a quem não tem voz, que faz o elo entre o poder público e a sociedade. que trata das demandas da comunidade”, proferiu o presidente da Adjori Brasil, Miguel Gobbi.

Para a presidente da Assembleia Legislativa de Sergipe, deputada Angélica Guimarães, é preciso apoiar esses empreendimentos jornalísticos “que tem fundamental importância nas comunidades em que circulam”.

Os pronunciamentos das autoridades e lideranças presentes também destacaram o empenho e a garra do presidente da Adjori Sergipe, Claudio Vasconcelos, para unir e fortalecer o setor. Bosco Costa, presidente do Detran, no ato representando o governador Jackson Barreto, destacou o papel da imprensa para levar informação e cidadania às comunidades interioranas.

Debates - O encontro prosseguiu no sábado, com palestras e debates sobre o cenário da imprensa do interior no Estado de Sergipe e as experiências das Adjoris de outros Estados em direção à melhoria e fortalecimento dos jornais do interior.



Força às Adjoris - Em sua palestra, o presidente da Adjori Brasil, Miguel Gobbi, mostrou que o futuro dos jornais do interior pode ser muito promissor, se todos estiverem unidos em torno de suas entidades representativas. "Adjoris fortes vão resultar em associados fortes e Adjoris fortes e unidas em torno da ADJORI BRASIL vão resultar em jornais associados ainda mais fortes" pontificou Gobbi.

Competitividade

SINDICATOS INDUSTRIAIS

INDÚSTRIA ASSOCIADA, MAIS FORÇA
E REPRESENTATIVIDADE.

ASSOCIE-SE

FAZ BEM PARA
A **INDÚSTRIA**

FAZ BEM PARA
Você

FIESC
A FORÇA DA INDÚSTRIA CATARINENSE

UMA IMPRENSA LIVRE NÃO SE FAZ NO ESCURO.

Uma homenagem da Tractebel Energia à atuação da ADJORI e à liberdade de imprensa.

